

Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 06 | Bernardo Kucinski: As grandes transformações do jornalismo brasileiro

PÁGINA 10 | Ivana Bentes Oliveira: Do profissional ao amador: a diversidade da mídia livre

PÁGINA 13 | Antônio Fausto Neto: Descentramento do lugar do jornalismo

PÁGINA 17 | Pedro Osório: Informação não é sinônimo de jornalismo

PÁGINA 21 | Leonardo Sakamoto: Informar liberta

PÁGINA 22 | Laurindo Leal Filho: Quinto poder? Uma função para a mídia livre

PÁGINA 24 | Antonio Biondi: Independência do jornalista: uma possibilidade ou uma necessidade?

PÁGINA 28 | Alceu Luís Castilhos: Agência Repórter Social: questão social é caso de imprensa

PÁGINA 31 | Ricardo Noblat: Mídia livre e grande imprensa

PÁGINA 32 | Sergio Gomes: Não-fatos: notícias invisíveis

PÁGINA 33 | Joaquim Palhares: Concentração de poder: “um fenômeno enraizado na estrutura da sociedade brasileira”

PÁGINA 35 | Greyce Vargas: As brechas da mídia livre na academia

B. Destaques da semana

» Filme da Semana

PÁGINA 39 | Quatro meses, três semanas e dois dias

» Invenção

PÁGINA 40 | Mardilê Fabre

» Análise de Conjuntura

PÁGINA 42 | Destaques On-Line

C. IHU em Revista

» Agenda de Eventos

PÁGINA 46 | Ricardo Giuliani Neto: Até o limite da ética: a intervenção da ciência na vida humana

» Perfil Popular

PÁGINA 48 | Luiz Kur

» IHU Repórter

PÁGINA 50 | Sônia Almeida



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana

As grandes transformações do jornalismo brasileiro

Para Bernardo Kucinski, “o campo popular não pode culpar a grande imprensa por sua própria debilidade na criação de instrumentos de comunicação”

POR PATRICIA FACHIN

No jornalismo “tudo é contradição”, pois trata-se de uma área de “disputa permanente pelas mentes e corações”, avalia Bernardo Kucinski, jornalista e professor da Universidade de São Paulo (USP). Partindo desse princípio, ele chama a atenção para a necessidade de diferenciar a “função político-ideológica da grande imprensa e da imprensa alternativa”.

Em entrevista à **IHU On-Line**, por e-mail, Kucinski reforça a necessidade de cobrar a veracidade dos fatos da grande imprensa, já que ela “pretextua isenção política”. A função da mídia livre, alternativa, em contrapartida, deve ser outra. Essa precisa atuar “como consciência crítica dos próprios jornalistas e da sociedade”, considera.

Uma das maiores críticas aos principais veículos diz respeito à industrialização e manipulação das informações. Nesse sentido, Kucinski afirma que a mídia alternativa não pode “reclamar” do fato de a indústria da comunicação “defender a ideologia e os interesses dos grupos dominantes”. O que se deve fazer, ressalta, é cobrar políticas públicas que “coíbam a formação de monopólios”, acabem com as irregularidades nas concessões e “ofereçam linhas de incentivo à mídia de fins não lucrativos.”

Kucinski é graduado em Física, pela Universidade de São Paulo (USP), e doutor em Ciências da Comunicação, pela mesma universidade. Entre 2003 e 2006, foi Assessor Especial da Secretaria de Comunicação Social (SECOM) da Presidência da República. Antes de se aposentar, foi docente da Escola de Comunicação e Artes – Departamento de Jornalismo e Editoração da USP.

IHU On-Line - Analisando a grande imprensa, atualmente, e comparando com o jornalismo feito nos anos 1960 e 70, quais as principais diferenças? Quais são os problemas do jornalismo contemporâneo?

Bernardo Kucinski - Nos anos 60 e 70, o jornalismo era uma atividade mãe e principal canal do pensamento crítico: atraía intelectuais e até não-intelectuais de diversas formações. Foi um dos períodos de apogeu do jornalismo como um campo social. Hoje, dá-se o inverso: os jovens formam-se em cursos de jornalismo e espalham-se pelas mais diversas profissões, a maioria delas banais, desde a indústria do entretenimento até assessorias de imprensa, passando por vendas e promoções

“Não acho que esse tipo de imprensa alternativa, mais ideológica, possa dialogar com o grande público e nem sei se essa seria sua função”

de eventos. No entanto, a comunicação como um todo se expandiu ao ponto de ocupar, hoje, todos os interstícios e espaços da sociedade. A comunicação tornou-se o ambiente no qual cresce e se desenvolve o ser humano. Possui uma dimensão antropológica. Nesse estado, multiplicam-se as revistas temáticas, periódicos, publicações de mercado ou institucionais de todos os tipos. O jornalismo estrito senso se

diluiu. Os jornalões perderam qualidade e suas tiragens estagnaram. Mas a comunicação como um todo nunca esteve tão rica e diversificada no Brasil. Basta parar numa banca de revistas, ou entrar na internet.

IHU On-Line - Nesse ano, com o incentivo da *Carta Maior*, está surgindo um movimento que luta por uma mídia alternativa. Como sabemos, essa

**“Rádios e tevês, por serem, cada uma delas,
concessão pelo Estado de uma frequência específica e única do espectro
eletromagnético, devem ser estritamente apartidárias”**

mídia, embora polêmica, é pequena e não consegue dialogar com o grande público. Levando em consideração as reivindicações propostas pela pequena imprensa, caso ganhe mais respaldo financeiro, ela pode, de alguma maneira, se transformar numa “nova elite midiática”, que defende, como a grande imprensa, atualmente, apenas os seus interesses?

Bernardo Kucinski - Não acho que esse tipo de imprensa alternativa, mais ideológica, possa dialogar com o grande público e nem sei se essa seria sua função. Certamente seria bom se ela conseguisse dialogar com um público “um pouco maior” e ganhasse a capacidade de contestar ou pelo menos disputar a agenda dominante da grande imprensa escrita, que a propósito, apesar desse qualificativo, também não tem público muito grande no Brasil. Para isso, seria crucial um programa de apoio à imprensa pequena, regional, experimental e alternativa.

IHU On-Line - O senhor diz que as verbas destinadas à mídia devem ser distribuídas segundo uma nova política pública que leve em consideração a ampla gama de veículos de informação. Que critérios devem compor essa decisão?

Bernardo Kucinski - A questão das verbas de propaganda e publicidade do governo central e dos governos estaduais e municipais é mais complexa. Primeiro: os governos não deveriam usar dinheiro público para fazer propaganda de si mesmos. A lei já proíbe isso, mas ela é violada através de subterfúgios. Segundo: está comprovado que esse tipo de propaganda é de baixa eficácia, portanto o objetivo da alocação dessas verbas é muito mais

o de cooptar os grandes veículos e o sistema em geral, incluindo agências que ficam com uma gorda porcentagem das verbas. Terceiro: as verbas são vultuosas. Quando se incluem as verbas de propaganda institucional (não as de propaganda de produtos e serviços) das empresas estatais subordinadas a esses governos, tornam-se as mais altas verbas de publicidade e propaganda do país.

Por tudo isso, seria preciso uma nova política pública que: a) reduzisse substancialmente as situações em que os governos podem usar dinheiro público em propaganda e publicidade e b) adotasse para a alocação dessas verbas critérios socioculturais, entre os quais estimular a mídia regional, cultural, educativa, experimental, de vanguarda e a vinculada a projetos sociais.

É importante observar que algumas empresas públicas, notadamente a Petrobras e o Banco do Brasil, já mantêm políticas de alocação de verbas substanciais de patrocínio e até de publicidade institucional, segundo os critérios que eu mencionei. E o Ministério da Cultura tem todo um programa de incentivo à produção audiovisual que também adota critérios semelhantes. Portanto, não há nenhuma novidade na proposta. Trata-se da extensão e universalização dessas práticas, na forma de uma política pública geral. A verdadeira novidade – o choque – está em dar um destino melhor às verbas ineficazes de pura cooptação alocadas pelo governo federal e certos governos estaduais e municipais aos grandes veículos.

IHU On-Line - A mídia, para garantir a diversidade da informação, deveria ser apartidária? Os veículos de comunicação se deixaram contaminar

e corromper pelos partidos?

Bernardo Kucinski - As rádios e tevês, por serem, cada uma delas, concessão pelo Estado de uma frequência específica e única do espectro eletromagnético, devem ser estritamente apartidárias. Infelizmente, não é o que acontece no Brasil. Muitas rádios, inclusive, graças a subterfúgios, são propriedade de políticos com mandato eletivo, apesar de a lei proibir.

A mídia impressa, por sua natureza, é livre de restrições legais quanto à sua postura ideológica. É ampla e heterogênea. O mesmo se dá com a internet. Essa amplitude e heterogeneidade é que deveria propiciar a diversidade de informação. Há veículos menos ideológicos e mais informativos. Há os partidários, aberta ou veladamente, e os não-partidários. Existe de tudo e assim é que deve ser. Que floresçam mil flores. Em tese, toda mensagem carrega uma construção ou visão ideologicamente determinada. Há veículos mais ideológicos, nos quais essa determinação é dominante. Isso não significa que se “deixaram corromper”. É ruim quando se dizem equidistantes, e não são, como acontece com a maioria dos grandes jornais brasileiros. Mas isso faz parte do próprio jogo ideológico, no qual idéias de um grupo tentam se apresentar como de interesse geral ou como leis da natureza.

IHU On-Line - Que medidas são imprescindíveis quando se pensa em democratizar os meios de comunicação?

Bernardo Kucinski - Para responder a essa questão, precisamos dividir os meios em três categorias: os meios impressos, os meios que usam o espectro eletromagnético e a internet. Os meios impressos são regidos pelo mer-

cado. Você não democratiza os meios de informação. Você democratiza o mercado. Os mercados são a essência do sistema capitalista e tendem à concentração, com a formação de cartéis e até de monopólios. Por isso, todos os sistemas capitalistas avançados possuem legislação específica de combate à concentração do mercado. Nós também possuímos e temos uma agência (CADE¹) com essa função. Mas, graças a subterfúgios, ou ao medo dos políticos, que são reféns da grande imprensa, a altíssima concentração no mercado da produção da informação assim como no da distribuição da informação não é coibida.

Quanto ao rádio e à TV, deveria ser ampliada a Lei que proíbe a concentração da propriedade, ou melhor, atualizada essa lei de modo a impedir que uma mesma empresa tenha ao mesmo tempo tantas estações de rádio e de TV (além de possuir jornais).

Além de tudo isso, em todas as atividades jornalísticas deveria ser mais impositiva a aplicação do código de ética jornalística, que proíbe o falseamento da verdade dos fatos. Caberia aos próprios jornalistas essa tarefa. O ideal seria a conquista, na legislação, da cláusula de consciência, pela qual empresas não poderiam obrigar jornalistas a expressar opiniões ou avaliações contrárias à sua consciência ou puni-los por causa disso.

Quanto à internet, está tudo ainda para ser discutido. Ela é por sua natureza libertária e barata, a mídia ideal para a disseminação de idéias contra-hegemônicas. Mas está sendo ocupada cada vez mais pelo grande capital por insuficiência organizativa e ideológica das forças populares.

IHU On-Line - Como o senhor percebe o debate de uma reformulação na mídia, entre os jovens? Os estudantes de jornalismo demonstram preocupações com o futuro da imprensa brasileira?

1 O Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, criado em 1962 e transformado, em 1994, em Autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, tem suas atribuições previstas na Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994. Ele tem a finalidade de orientar, fiscalizar, prevenir e apurar abusos de poder econômico, exercendo papel tutelador da prevenção e repressão do mesmo. (Nota da IHU On-Line)

Bernardo Kucinski - Ainda predomina entre os jovens a preocupação com o emprego; a busca do sucesso pessoal num ambiente bastante adverso. Além disso, a função do jornalismo está se diluindo num mundo cada vez mais integrado e multifacetado de comunicação-entretenimento, o que enfraquece a demarcação ética do jornalismo. Mas os encontros que vêm sendo promovidos pela *Carta Maior* para discutir isso tem contado com comparecimento majoritário de alunos de jornalismo e professores de jornalismo. Parece que está surgindo, especialmente nos estados distantes do pólo Rio-São Paulo, uma

“Toda mensagem carrega uma construção ou visão ideologicamente determinada. Há veículos mais ideológicos, nos quais essa determinação é dominante”

nova geração de estudantes de jornalismo inconformada com as limitações à profissão e em busca de soluções.

IHU On-Line - Uma das reivindicações da mídia livre “alternativa” é a diversidade da informação. Como garantir “esses múltiplos pontos de vista”?

Bernardo Kucinski - A mídia alternativa não pode reclamar da indústria da comunicação o fato de ser uma indústria. Nem mesmo do fato de defender a ideologia ou os interesses dos grupos dominantes. Esse é o seu papel, ainda que alegue defender o interesse público.

O que a mídia alternativa pode e

deve cobrar é a implantação pelo governo de políticas públicas que a) coíbam a formação de monopólios e cartéis; b) imponham o império da Lei sobre o setor, acabando com todas as irregularidades nas concessões públicas; e c) ofereçam linhas de incentivo à mídia de fins não lucrativos, experimental, regional, cultural, de vanguarda e a ligada a movimentos sociais.

Além disso, os movimentos e pessoas preocupados com a qualidade da informação e do debate públicos no Brasil deveriam cobrar das instituições mais ligadas ao povo, dos sindicatos, associações, movimentos sociais, um maior investimento em comunicação. O campo popular não pode culpar a grande imprensa por sua própria debilidade na criação de instrumentos de comunicação.

IHU On-Line - As críticas à grande imprensa e seus comandantes ganham força nos debates. Por outro lado, todos lêem e se informam, de alguma maneira, por esses veículos. Essa relação não lhe parece contraditória? Como lutar por uma mídia alternativa, ao mesmo tempo em que se cultiva os produtos da grande imprensa?

Bernardo Kucinski - Na esfera da comunicação e do jornalismo, tudo é contradição. Trata-se de um campo de disputa permanente pelas mentes e corações. Nessa esfera, é preciso também distinguir entre a função político-ideológica da grande imprensa e a da imprensa alternativa. A grande imprensa é o espaço dos grandes embates político-eleitorais numa democracia de massa como é a nossa. Daí a importância de se cobrar ética jornalística da grande imprensa, já que ela pretexta isenção política. Mesmo sabendo que ela não é isenta, essa cobrança pode inibir seus abusos. Da televisão e do rádio, essa isenção deveria ser imposição legal, como já disse antes, por se tratar de concessão pública.

A mídia alternativa tem outro papel. Ela faz um contraponto. Ela atua como consciência crítica dos próprios jornalistas e da sociedade. Mas sua influência no grande jogo político eleitoral de uma democracia de massa é limitada. Por isso, a existência de uma boa mídia alternativa não resolve o

problema da qualidade da democracia, se a grande imprensa for totalmente viciada.

IHU On-Line - O senhor concorda que, em parte, a deturpação da informação está relacionada à má qualidade dos jornalistas? Como a universidade, formadora desses profissionais, pode contribuir para mudar esse quadro?

Bernardo Kucinski - A qualidade da informação é má porque isso facilita a manipulação ideológica. Junta-se a fome com a vontade de comer. Hoje, as redações parecem privilegiar os jornalistas obsequiosos e punir os que têm espinha. A seleção natural se dá pelo mecanismo da sobrevivência dos mais capacitados a manipular a informação, sofismar, mentir e suprimir informação.

O papel das universidades é o de formar bons jornalistas, independentemente do que eles vão fazer de suas vidas, ou do que o mercado lhes vai oferecer. A universidade é uma etapa crucial e irreprodutível na formação do ser humano moderno. Por esse motivo principal, além de outros, o ensino do jornalismo não pode ser rebaixado ao sabor do mercado ou de novas tecnologias. Deve ter uma sólida base humanista e ética.

IHU On-Line - No que se refere à TV pública, o senhor considera que ela poderá exercer seu papel de mídia independente ou sua atuação profissional irá variar de acordo com os interesses do governo que estiver no comando?

Bernardo Kucinski - O conceito de TV pública embute o atributo de independência não só do governo do dia como de interesses mercantis ou partidários. Note que esses deveriam ser os requisitos obrigatórios de todas as emissoras de rádio e tevê, já que são concessões públicas. Nem deveria ser objeto de discussão. Como sabemos, não é assim que acontece e esse é um dos motivos da campanha por uma rede pública de tevê. Idealmente, a TV Pública deveria ser financiada com recursos públicos imexíveis incluídos no orçamento da União, como se dá em alguns países, ou com taxas pagas pelo público possuidor de aparelhos de

tevê, como se dá na Grã Bretanha, de modo a independe também financeiramente dos humores do governo do dia. Finalmente uma TV Pública deve ter uma política editorial (prioridades, públicos, grade de programação etc.) definida numa carta de outorga. Não pode ser autodefinida pelos seus próprios jornalistas, até porque eles naturalmente já deterão o poder último de formatação da linha proposta. Na Grã Bretanha, essa carta de outorga é rediscutida a cada dez anos pelo Parlamento. Há uma cobrança de sua aplicação. O que não significa censura e nem controle. Por exemplo, a última carta de outorga determina que a BBC dê prioridade a uma política multi-racial na sua programação, dado o extraordinário crescimento e ativismo no país de etnias antes relativamente confinadas em guetos, como os indianos e os negros. Pode-se operar o sistema de outorga por um Conselho, ou outro órgão que reflita o conjunto da sociedade. Seria melhor que existisse essa carta de outorga. Consolidaria a legitimidade da TV Pública. A TV Brasil² foi definida formalmente com alguns desses requisitos (por exemplo, independência financeira), mas desprovida de outros, entre os quais a carta de outorga. Mas isso formalmente. Politicamente, ela foi montada num ambiente de defensiva ideológica e patrulhamento intenso da grande imprensa, que teme o surgimento de um padrão narrativo que dê mais contraste à suas manipulações.

Além disso, no processo de criação da TV Brasil foi cometido o erro capital de extinguir a Radiobrás,³ que era o sistema estatal de comunicação. A

2 A TV Brasil, pertencente a EBC (Empresa Brasil de Comunicação), é uma rede de televisão pública do governo federal brasileiro. O canal estreou sua programação no dia 2 de dezembro de 2007 ao meio-dia, na mesma data que se iniciaram as transmissões de sinal de TV Digital em território brasileiro. (Nota da IHU On-Line)

3 A Empresa Brasileira de Comunicação – Radiobrás foi uma autarquia do governo federal do Brasil criada em 1975 para gerir de maneira centralizada todas as emissoras de rádio e televisão do Governo Federal brasileiro espalhadas pelo país. Com sede em Brasília, é composta atualmente por uma agência de notícias, uma rádio-agência, duas emissoras de televisão e cinco emissoras de rádio. Em 2008, a Radiobrás se fundiu com a TVE Brasil, criando a EBC (Empresa Brasil de Comunicação). (Nota da IHU On-Line)

“O ensino do jornalismo não pode ser rebaixado ao sabor do mercado ou de novas tecnologias. Deve ter uma sólida base humanista e ética”

Constituição manda que coexistam os três sistemas, público, privado e estatal. Criamos um sistema público de futuro incerto, e extinguimos o Estatal já consolidado. Como alguns serviços específicos prestados pelo estatal não podem ser em si extintos, como a *Hora do Brasil*, isso será feito pela TV pública, por contrato terceirizado. Uma agravante, porque introjeta na TV Pública uma tarefa de comunicação estatal, o que não ajuda nada.

LEIA MAIS...

>> Bernardo Kucinski já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line. Também já publicamos alguns de seus artigos na nossa página eletrônica. Confira em www.unisinos.br/ihu.

Entrevistas:

- * “Uma política monetária e cambial totalmente inconsistente e que sangra o Estado”
- * “A política macroeconômica é inconsistente”

Artigos:

- * Angra III: um alerta nuclear
- * Reflexões sobre as causas de desastres do capitalismo
- * Novas reflexões sobre a tragédia do Airbus
- * O bispo de Barra quer morrer
- * O Natal da discórdia

BAÚ DA IHU ON-LINE

>> Sobre essa temática da mídia, a IHU On-Line já produziu outras edições. O material está disponível no nosso site www.unisinos.br/ihu

- * Jovens, violências e mídia: construções de significados. Edição 82, publicada em 03-11-2003;
- * Ética e Mídia. Edição 109, publicada em 02-08-2004;
- * Mídia e Política. Edição 202, publicada em 30-10-2006.

Do profissional ao amador: a diversidade da mídia livre

A informação extrapolou o campo da profissionalização. “Mídia, jornalismo e comunicação são coisas importantes demais para ficar na mão só de profissionais”, considera Ivana Bentes Oliveira

POR PATRICIA FACHIN

No mercado da mídia livre, tudo é possível, e, junto com as informações, discussões ideológicas pessoais ganham força através dos blogs. Referente a esse veículo, em entrevista à **IHU On-Line**, por telefone, Ivana Bentes Oliveira, jornalista e docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) comenta que prefere “muito mais esse ambiente, às vezes ‘irrelevante’ da informação pela internet, onde cada pessoa pode escolher o que é ou não interessante para si mesma”. A mídia alternativa tem colocado o cenário tradicional de informação de cabeça para baixo. “Esse novo meio de informação quebra com a hierarquia, com esse lugar tradicional, com essa autorização social dada apenas para alguns veículos”, acrescenta.

Embora não defenda a obrigatoriedade do diploma, a professora reafirma a necessidade de qualificar o ensino profissional de jornalismo. “É preciso formar jornalistas, produtores de mídia comprometidos e engajados com a questão da pluralidade e do aumento da produtividade social. Essa idéia da diversidade e do comum, do que interessa a todos, questões ligadas à saúde, educação, arte, cultura, tudo que possa aumentar a nossa produtividade social, deve ser tema de debate no meio acadêmico”.

Ivana Bentes Oliveira é doutora em comunicação, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde hoje é diretora da Escola de Comunicação. Como jornalista, atuou em jornais como o *Jornal do Brasil*.



DIVULGAÇÃO

IHU On-Line - Traçando um paralelo entre a imprensa dos anos 1960 e a atual, a senhora diria que a mídia deixou de cumprir seu papel de solidariedade com o povo? O jornalismo romântico perdeu seu espaço para o jornalismo técnico?

Ivana Bentes Oliveira - Sempre é complicado generalizar. Antes do aparecimento das escolas de comunicação, existia uma relação entre quem fazia jornalismo e quem, na área da cultura, fazia cultura. Nessa época, a imprensa disponibilizava um espaço muito grande para escritores, cineastas e militantes. Nos anos 1960, tivemos a emergência de uma outra mídia, de um outro tipo de jornalismo, que se deu com a imprensa alternativa. Com a internet, vivemos atualmente algo parecido, com a proliferação de jornais e revistas com uma linguagem distinta e propostas diferentes.

“O que me parece grave e constante na história da imprensa brasileira é a concentração de poder econômico e político em alguns meios de comunicação. Por isso, julgo necessária a intervenção do Estado e da sociedade na regulamentação do mercado de comunicação”

Eu não diria que o romantismo desapareceu. Mas claro que hoje existem questões políticas complicadas que dizem respeito a oligopólios e à concentração de poder econômico em alguns meios de comunicação. Nos acostumamos a achar que o importante é o factual, quando o jornalismo de análise, de interpretação,

perdeu muito espaço. Mas, por outro lado, nesse mesmo contexto, surge uma mídia livre ligada às novas tecnologias, que viabiliza o que não era possível na década de 1960 e 1970: qualquer pessoa pode se tornar um produtor de mídia.

O que me parece grave e constante na história da imprensa brasileira é a

concentração de poder econômico e político em alguns meios de comunicação. Por isso, julgo necessária a intervenção do Estado e da sociedade na regulamentação do mercado de comunicação.

IHU On-Line - Muitos veículos alternativos, livres, desempenham essa atividade mais crítica. Contudo, não lhe parece que, em contrapartida, alguns blogueiros e sites, ao invés de se preocuparem em informar o leitor com qualidade e compromisso social, acabam caindo em discussões irrelevantes, de cunho extremamente pessoal?

Ivana Bentes Oliveira - Sem dúvida, na internet existem conteúdos irrelevantes. Mas, quando falamos de democratização e diversidade da informação, precisamos pensar justamente como administrar esse tipo de possibilidade. Claro que nem todos os blogs são interessantes, mas me parece que é fundamental ter essa multiplicação das possibilidades para que ocorra a democratização da mídia.

Hoje, os principais veículos de comunicação não expressam a multiplicidade, a diversidade e a própria idéia de democracia, e sim a multiplicação dos interesses. Na verdade, a crise não é dos blogs, e sim da democracia representativa. É como se os jornais e revistas da grande imprensa representassem a nossa opinião e pautassem o que é ou não importante. Por isso, prefiro muito mais esse ambiente às vezes “irrelevante” da informação pela internet, no qual cada pessoa pode escolher o que é ou não relevante para si mesma.

Hoje, considero o Google o caderno de cultura mais importante do mundo. Através dele, busco informação e encontro assuntos diferentes. Não encontro esse conteúdo no Segundo Caderno dos jornais ou revistas tradicionais. Esse material também pode apresentar um texto interessantíssimo e uma opinião com a qual eu jamais teria contato, se não fosse através da rede.

Na internet, encontramos matérias que se estendem desde a produção profissional à amadora, que pode ser sim, relevante. Então, esse novo meio de informação quebra com a hierarquia, com esse lugar tradicional, com essa autorização social dada apenas para alguns veículos. Essa é uma mudança radical e

que coloca de ponta cabeça esse cenário da concentração, que deve, justamente, ser colocado em xeque. Nos acostumamos a passar um recibo à grande imprensa para que ela administre, de certa maneira, o que é ou não irrelevante. O nível de homogeneidade entre os principais jornais do país é muito grande e essa monocultura é muito ruim.

IHU On-Line - Nos encontros de mídia livre, tem se discutido a necessidade da pluralidade e independência dos meios de comunicação. Podemos dizer que, no Brasil, a maioria das mídias alternativas é independente?

Ivana Bentes Oliveira - A questão da independência sempre traz a discussão: dependente de quem e do quê? Por isso, preferimos o termo mídia livre, no sentido de caracterizar um horizonte de liberdade de expressão e diversidade de

“Prefiro muito mais esse ambiente às vezes ‘irrelevante’ da informação pela internet, no qual cada pessoa pode escolher o que é ou não relevante para si mesmo”

formação. A questão crucial, hoje, em relação a essa nova mídia é exatamente a questão econômica. Claro que isso é um problema. Por isso, é preciso questionar a divisão das verbas públicas, que são investidas nos meios de comunicação tradicionais. Assim, é importante pensar em políticas públicas de incentivo, apoio e fortalecimento a essa diversidade.

A independência e a liberdade econômica trazem à tona um velho problema: o da manutenção e sustentação tanto dos jornais, dos blogs, quanto das agências de notícias. Para fazer essa mídia alternativa, também é necessária uma infraestrutura mínima. Políticas públicas que possibilitem acesso gratuito à internet,

por exemplo, são fundamentais.

Mídia, jornalismo e comunicação são coisas importantes demais para ficar apenas na mão de profissionais. É algo que extrapolou o campo da profissionalização e diz respeito à constituição da própria radicalização do que chamamos de democracia. Assim, devemos pensar a mídia como um direito. Comunicar se tornou uma necessidade social; todos podem contribuir.

IHU On-Line - Uma vez que todos têm direito de informar e podem trabalhar com a informação, a profissão de jornalista deixa de ser fundamental?

Ivana Bentes Oliveira - Ao contrário. As escolas de comunicação nunca foram tão valorizadas por conta dessa ampliação do campo. Junto com esse desejo de expressão, surge a necessidade de um aprimoramento das técnicas ligadas à produção da informação, a novas possibilidades de gêneros jornalísticos. Ou seja, a formação nunca foi tão necessária para ampliar, melhorar e produzir um diferencial em relação a esse direito que é de todos.

IHU On-Line - A senhora é contrária à obrigatoriedade do diploma para exercer a profissão de jornalista. Partindo da idéia de que o diploma não se torna obrigatório, por que um estudante que pretende ser jornalista vai cursar uma graduação de jornalismo, ao invés de estudar sociologia, economia ou política, por exemplo?

Ivana Bentes Oliveira - Essa possibilidade do aluno se matricular em outra graduação é um excelente motivo para os cursos melhorarem. Assim, os estudantes vão procurar cursos de jornalismo que realmente façam uma diferença na formação. O diploma acaba com aquele curso que tem como valor vender o certificado. A partir do momento que acaba a obrigatoriedade do diploma, acabam também os cursos ruins. Somente os cursos que produzem um diferencial de formação, de teoria, de arsenal tecnológico e de pensamento irão sobreviver.

O curso de Publicidade, por exemplo, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), não entrega diploma e nem por isso acabou. Muitos dos alunos que se formam estão empregados. Esse é um curso super procurado e as agências de

publicidade preferem os profissionais com uma qualificação universitária, mas não existe a exigência do diploma. Então, o diploma não regula. A qualidade é que regula o fato de alguém ficar mais qualificado do que outro.

IHU On-Line - A senhora afirma também que a questão da produção jornalística deve ser ampliada. Em que sentido as universidades devem mudar sua lógica de ensino? Cabe a elas incentivar os estudantes para que estes despertem interesse em atuar em outros veículos, como os da mídia livre, por exemplo?

Ivana Bentes Oliveira - Sem dúvida. As universidades devem se preocupar em criar cursos bons de formação de mídia, de tal maneira que efetivamente tenhamos uma demanda dessa formação. As universidades, junto com os cursos de comunicação, precisam apresentar aos seus estudantes essa possibilidade de atuar nas novas mídias, que representam um mercado enorme. Mais do que isso, os cursos devem se preocupar em ensinar o jornalismo de interesse público. A questão da comunicação é crucial hoje como a concebemos na democracia. Então, as universidades devem incorporar essa questão. É preciso formar jornalistas, produtores de mídia comprometidos e engajados com a questão da pluralidade, do aumento da produtividade social. Essa idéia da diversidade e do comum, do que interessa a todos, questões ligadas à saúde, educação, arte, cultura, tudo que possa aumentar a nossa produtividade social, deve ser tema de debate no meio acadêmico.

Questionar o que é jornalismo público dentro e fora das salas de aula é imprescindível. A universidade precisa começar a introduzir no seu discurso esse tipo de discussão. Os cursos ainda estão muito voltados para a formação de mercados, no sentido de formar profissionais para os poucos veículos tradicionais. Claro que ainda devemos formar para esse mercado, mas com um diferencial, ou seja, educar profissionais para entrar no mercado e mudá-lo, não simplesmente reproduzir o que se encontra estabelecido.

IHU On-Line - E isso é possível? Muitos jornalistas, embora não concordando com a linha editorial dos veículos, se submetem a trabalhar para eles por

“A independência e a liberdade econômica trazem à tona um velho problema: o da manutenção e sustentação tanto dos jornais, dos blogs, quanto das agências de notícias. Para fazer essa mídia alternativa, também é necessária uma infra-estrutura mínima. Políticas públicas que possibilitem acesso gratuito à internet, por exemplo, são fundamentais”

questões financeiras. É possível um jornalista se manter na grande imprensa e garantir seus valores éticos e morais?

Ivana Bentes Oliveira - Essa é uma questão ampla e vai além do jornalismo. Essa batalha do jornalista e seu impasse ético dentro de uma corporação que, digamos assim, faz uma comunicação contra a sociedade, é uma questão ética fundamental. Em qualquer lugar ou profissão teremos esse tipo de problema. Por isso, digo que a formação do jornalista deve incluir, sim, valores morais. É muito importante que os jornalistas possam responder a isso não só individualmente, correndo risco de perder seu emprego, mas se organizando, estando fortes o suficiente para responder a determinadas arbitrariedades de forma coletiva.

Quem entra numa empresa está sujeito à pressão e, muitas vezes, acaba se isolando. Isso acontece porque os próprios jornalistas não formam grupos coletivos dentro das grandes empresas, por exemplo. Se interiorizarmos essa idéia nos novos profissionais, sem dúvida, a médio e longo prazo poderá se abrir um novo horizonte de impedimento dos próprios veículos de comunicação que aí estão. Cada vez mais, esses meios serão pressionados pela sociedade a se retratarem. A televisão, por exemplo, cada vez mais é obrigada a se explicar.

IHU On-Line - Como a senhora avalia a demissão do ombudsman da Folha de S. Paulo, na última semana? Isso demonstra que as empresas jornalísticas não querem mais tornar públicas as críticas

através de um profissional da empresa, já que muitos jornalistas, em seus blogs, se encarregam disso?

Ivana Bentes Oliveira - Isso é uma quebra de contrato, porque o ombudsman não pode ser demitido antes do término do seu mandato. A garantia do ombudsman, diferente dos outros jornalistas, é não perder o emprego a partir do momento em que coloca em xeque uma linha editorial do veículo. Nesse sentido, o jornalista deveria estar assegurado e não poderia perder o emprego em função de retalhamento político ou ideológico.

Demitir um jornalista nessas circunstâncias fere a ética da própria corporação. Mas, sem dúvida, há um desconforto das empresas diante desse avanço da cobrança. Esse profissional é fundamental no momento em que o público precisa de advogados dentro das corporações. Entretanto, onde está o ombudsman da televisão? Por que a TV não tem ombudsman e por que nesse veículo não há direito de resposta?

Essas empresas ainda não chegaram ao nível de transformar o seu leitor em um construtor da notícia. Ter alguém que vai estar o tempo todo checando e intervindo na própria construção da notícia demonstra a grande mudança do jornalismo contemporâneo. Leitores e expectadores também podem ser produtores de notícia, pois também têm opiniões. Na internet, isso já está muito claro, mas ainda não chegou na grande imprensa com a facilidade que ocorre nos blogs.

IHU On-Line - Como a senhora tem percebido a discussão entre os jornalistas e os participantes do encontro de mídia livre? Que debates devem ser ampliados?

Ivana Bentes Oliveira - Há vários pontos importantes. Existe, obviamente, uma questão muito concreta ligada a políticas públicas para democratizar as verbas publicitárias, investidas apenas em grandes veículos.

Devemos também avançar em outras questões, principalmente na discussão dessa mudança do perfil do produtor de mídia. Precisamos começar a discutir que os cursos de comunicação não devem formar simplesmente para os meios tradicionais. É preciso criar novos mercados, ou seja, hoje, o estudante de jornalismo pode criar o seu próprio emprego, não precisando se encaixar nos veículos tradicionais. A universidade precisa estar atenta para esse cenário de mudança.

Estamos num tempo em que é importante avaliar que tipos de profissionais foram formados, além do avanço das corporações na própria formação dos jornalistas. Os próprios veículos promovem cursos dentro das universidades, o que é bastante problemático, porque eles capturam os estudantes ainda em formação a fim de formatá-lo para um tipo de produção de mídia muito questionável.

A função dos sindicatos também é muito importante. Por que os jovens estão tão afastados dos sindicatos? Será que eles refletem, de fato, os interesses desses profissionais? Na minha avaliação, isso não existe. Esses são alguns dos desafios que estão presentes nos encontros de mídia livre. Assim, chegamos à conclusão de que é preciso criar novos mecanismos de acesso aos meios de comunicação de produção de mídia que saiam desses constrangimentos estatal, sindical e corporativo.

LEIA MAIS...

>> Ivana Bentes Oliveira já concedeu outra entrevista à IHU On-Line. O material está disponível na nossa página eletrônica www.unisinos.br/ihu.

Entrevista:

* “É restritivo demais pensar só no jornalismo como centro da discussão midiática”

Descentramento do lugar do jornalismo

Para o professor Antônio Fausto Neto, não há produção de conhecimento desconectada de interesses, de modelos de anúncio e de modos de falar

POR ALESSANDRA BARROS E PATRICIA FACHIN

“**T**odo o sistema de comunicação está situado em uma grande ambiência chamada de midiática — uma nova ordem

de tecnologias transformadas em meios, através de processos intensos e acelerados, que repercutem não só na esfera específica dos meios de comunicação, mas na relação destes com as instituições e com os atores sociais, produzindo uma espécie de nova ambiência”, afirma o professor Antônio Fausto Neto, em entrevista concedida pessoalmente à IHU On-Line. Segundo Fausto, essa nova ambiência interfere tanto nas mídias livres quanto nas convencionais. Para ele, não existe mídia livre, mas modalidades de produção um pouco mais autônomas em relação aos sistemas produtivos convencionais. Mas reconhece que as mídias livres destacam a questão da autoralidade, o fato de haver um protagonismo mais explícito dos trabalhadores, dos artistas, dos criadores e dos jornalistas.

Antônio Fausto Neto é professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos. Possui graduação em Jornalismo, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestrado em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB), doutorado em Sciences de La Communication et de L'information, pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, da França, e pós-doutorado, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, é também consultor da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e professor colaborador da Universidade de Santa Cruz do Sul.

ALESSANDRA BARROS



IHU On-Line - Como o senhor define, atualmente, no meio jornalístico, a mídia livre e alternativa? Que veículos, blogs, seguem esse perfil, hoje, no Brasil?

Antônio Fausto Neto - Todo o sistema de comunicação está situado numa grande ambiência, chamada de midiática. Trata-se de uma nova ordem de tecnologias transformadas em meios, através de processos intensos e acelerados, que repercutem não só na esfera específica dos meios de comunicação, mas na relação destes com as instituições e com os atores sociais,

produzindo uma espécie de nova ambiência. A sociedade é atravessada por fluxos, dispositivos e estratégias midiáticas, permeadas por uma cultura midiática. Estamos, portanto, inseridos nessa ambiência, reunindo processos, produtos e operações de comunicação distintas. As mídias tradicionais integram, por sua vez, um sistema produtivo nos moldes de uma economia clássica. Em função da ascensão das convergências tecnológicas, ocorre a emergência de novos meios, estimulados pela existência de novos circuitos. Estamos situados em uma grande plataforma de comunicação, na qual os meios convencionais e os novos meios guardam características de autonomia ou de diferença. Mas isso não significa afirmar que os meios convencionais também não estão contaminados pela existência desses novos processos midiáticos de comunicação. Eles também são afetados pela presença dessas manifestações, dessas novas tecnologias. Portanto, o fato de estarmos nessa nova ambiência torna difícil estabelecer fronteiras entre os meios convencionais e livres.

Blogs e ombudsman

Entretanto, observa-se, dentro dessa plataforma ampla, braços midiáticos, mais ou menos autônomos, dessa grande economia e organização

mediáticas, que são os blogs e outros sistemas não tão conectados e dependentes de uma lógica industrial comunicacional. Existe a crise do ombudsman, por exemplo, com a demissão do Mário Magalhães, da *Folha de S. Paulo*. O primeiro motivo que identifico da sua demissão é antológico, filosófico e conceitual. O ombudsman apresenta uma fala que intermedia o interesse empresarial do interesse do leitor. Ele é instituído pela empresa jornalística, mas está a serviço do leitor. Ora, no momento em que o Mário, assegurado pelos interesses da instituição e autorizado por ela, amplia o protocolo de trabalho do ombudsman, no sentido de fazer com que ele opere não somente pelo impresso, mas no âmbito da internet, plugada à economia produtiva da *Folha*, relatando, além disso, publicamente sua análise diária do jornal via internet, num certo momento, esse jornal reage. Essa reação ocorre em razão de esse pedaço das mídias livres ficar conectado à *Folha* e operar dentro de outra ambiência midiática. Então, passa a existir uma contradição. O ombudsman funciona bem num sistema de dispositivo fechado, quando a sua leitura reage a um sistema de jornal convencional. No entanto, quando isso se espalha através das novas mídias que estão enraizadas dentro de um modelo da empresa jornalística, no caso a

“O ombudsman funciona bem num sistema de dispositivo fechado, quando a sua leitura reage a um sistema de jornal convencional. No entanto, quando isso se espalha através das novas mídias que estão enraizadas dentro de um modelo da empresa jornalística, no caso a *Folha*, esta é obrigada a recuar de seu contrato firmado com o ombudsman, à medida que uma determinada manifestação pode ser contrária ao seu interesse organizacional”

“A queda do Mário Magalhães talvez represente um dos acontecimentos mais importantes na história moderna e contemporânea do jornalismo brasileiro”

Folha, esta é obrigada a recuar de seu contrato firmado com o ombudsman, à medida que uma determinada manifestação pode ser contrária ao seu interesse organizacional. A queda do Mário Magalhães talvez represente um dos acontecimentos mais importantes na história moderna e contemporânea do jornalismo brasileiro.

Em síntese, não acredito na idéia de mídia livre. No meu entendimento, existem modalidades de produção um pouco mais autônomas em relação aos sistemas produtivos convencionais. Há, igualmente, incidências de presenças institucionais ou de atores individuais sobre o funcionamento dessas mídias autônomas ou chamadas livres. Elas podem ser livres em relação a um modelo convencional de produção, mas não são livres dos interesses que os engendra, que os faz funcionar. Rigorosamente, não há mídia livre, pois não há produção de conhecimento desconectada de interesses, de modelos de anúncio e de modos de falar.

IHU On-Line - Que diferenças o senhor percebe na cobertura midiática da grande imprensa e da chamada mídia livre ou alternativa? Como essas diferenças são apresentadas? De que maneira ambas procuram influenciar na opinião pública?

Antônio Fausto Neto - Temos uma plataforma, na qual estão esses dois

“O campo da produção jornalística controla o seu sistema de produção, mas, na hora que isso é colocado na rede, o campo midiático perde o controle”

sistemas: as mídias convencionais e as mídias livres. As suas características os impedem de funcionar, segundo diferentes sistemas produtivos. A mídia convencional está organizada segundo cânones clássicos do jornalismo, mas já afetada por uma lógica de tecnologias que repercutem sobre as suas temporalidades, sobre a organização do trabalho, sobre o perfil do jornalista, sobre a presença do receptor no seu mundo produtivo e sobre o manejo das fontes. Por um lado, as grandes instituições jornalísticas são instituições clássicas, no sentido de empresas, mas se abrem aos modelos produtivos contemporâneos, de ordem digital. Por outro lado, em relação às mídias livres, as diferenças estão no processo produtivo, entregue a um mecanismo de protagonismo autorizado, isto é, nas mãos dos indivíduos, dos blogueiros e de alguns sites, com maior autonomia para manejar o processo de apuração, de monitoração e de edição.

IHU On-Line - Os blogs de empresas jornalísticas são livres ou seguem um padrão editorial?

Antônio Fausto Neto - Existem blogs permeados pela lógica de uma cultura e uma rotina produtiva dos jornais, que seguem essa economia e lógica da mídia convencional. Existe um outro modelo que aponta para a autonomia. O campo da produção jornalística controla o seu sistema de produção, mas, na hora que isso é colocado na rede, o campo midiático perde o controle. É preciso ver como se estabelece o vínculo entre as mídias convencionais e seus sistemas de produção em relação aos sistemas de produção autônomos, onde parece haver jornalistas operando como lugares de produção de sentido, mas também como lugares que se

conectam com esse sistema de produção clássico.

IHU On-Line - A mídia livre tem atuado principalmente através da internet e dos blogs. No mesmo sentido, veículos da grande imprensa ampliaram a participação de jornalistas em blogs. O senhor percebe uma “concorrência” nesse sentido? Os meios de comunicação tradicionais estão, de alguma maneira, tentando se precaver?

Antônio Fausto Neto - Por estarmos nessa ambiência de que já falei, as mídias convencionais não podem ignorá-la: precisam integrar o jogo, seja ampliando a natureza da sua plataforma de circulação de bens e sentido, seja ampliando os modelos de interação com os leitores e receptores, ou reformulando as suas relações com os autores da criação jornalística. Cada vez mais, em função da convergência digital, os leitores são chamados a jogar o contrato, mandando seus materiais que passam por processos de edições e de filtragem. Por outro lado, o que os jornalistas não estão refletindo são as incidências que isso terá. A questão identitária do lugar do autor, do jornalista, no processo de produção da atualidade, sofrerá uma reformulação profunda. Há um descentramento do lugar do jornalismo.

IHU On-Line - O senhor disse, em outra entrevista à IHU On-Line,¹ que os “manuais de jornalismo estão defasados, pois são produzidos em realidades culturais e deontológicas que traduzem especificidades de contextos distantes, distintas, portanto

¹ Antônio Fausto Neto concedeu a entrevista “As relações entre mídia e política no espaço público contemporâneo”, publicada na edição número 202 da revista IHU On-Line, intitulada *Mídia e política*. (Nota da IHU On-Line)

das vidas das instituições nacionais”. Tendo em vista esse posicionamento, como o senhor avalia as parcerias realizadas entre as universidades e a grande imprensa? Essa posição contribui para que jornalistas recém-formados encontrem dificuldades de trabalhar com outros veículos, os alternativos, por exemplo?

Antônio Fausto Neto - Os manuais refletem os ideais das instituições jornalísticas. São espécies de projeções dos seus egos. A realidade é aquilo que se define neles. Então, as rotinas da cultura jornalística começam aí. Quem produz os manuais? Trata-se de uma cultura com hábitos que necessariamente não levam em conta uma situação de polifonia em que as mídias estão imersas. Então, existe uma defasagem entre as regras que o manual contém e o seu uso. Cada jornalista faz o uso do manual de acordo com situações muito específicas de sua cultura, de sua biografia, da necessidade circunstancial trazida pelo manual. Quanto ao papel dos cursos, não sou contra o sistema de treinamento que as mídias fazem para adaptar os egressos das escolas de comunicação. As empresas precisam fazer esforços para que novos jornalistas entendam seu processo produtivo. Adotamos o manual de redação de um jornal como um manual teórico, que ensinará o processo de comunicação jornalística, como se as grandes teorias jornalísticas, midiáticas, lingüísticas, fossem descritas por ele. Parece que o problema está nas universidades. É desolador ver, nas bibliografias dos cursos de jornalismo, os manuais de redação, às vezes de uma única empresa, serem os livros que orientarão a formação técnica, expressiva e ética, de um jovem jornalista.

IHU On-Line - Os novos jornalistas estão preparados para trabalhar em veículos alternativos?

Antônio Fausto Neto - Uma vez que as mídias convencionais têm as suas gramáticas, elas impõem aos jovens candidatos o aprendizado dessas gramáticas. Por outro lado, se as novas tecnologias permitem a expansão de novos protocolos de comunicação, podemos constatar que essa expansão significa a existência de muitas

“A criação, a singularidade do ato da interpretação, o manejo de lidar com adversidade e a organização de processos de discurso ainda são singulares no trabalho desse analista da jornada que é o jornalista”

gramáticas, de modos de codificar, de construir realidades. Então, é preciso estimular a existência de múltiplos modos, de múltiplas gramáticas, porque isso também forma um jornalista. Como professor universitário de comunicação social, posso dizer que não estamos no único ambiente que sofre com o impacto de novas tecnologias. Talvez sejamos aquele que sofra a peculiaridade da inserção das tecnologias sobre as mídias. Entretanto, a ambiência da midiatização atinge a universidade, o que é irreversível. As universidades, nas suas escolas de comunicação, deveriam efetivamente se constituir em ambiente de experimentação. Isso significa saber lidar com a diversidade de protocolo, de modelos, de protótipos, de experiências, e não conectar-se com aquilo que a motivação mercadológica aponta como mais moderno da experiência da mídia e fazer disso referência da experiência formativa. As universidades precisam reconfigurar os seus processos informativos, levando em consideração exigências dessa sociedade complexa, que é a sociedade do conhecimento, da informação, da midiatização.

IHU On-Line - O movimento por uma mídia livre alega, que uma vez que a informação é livre, todos os cidadãos podem atuar como jornalistas. O senhor concorda com essa idéia? A obrigatoriedade do diploma é fundamental?

Antônio Fausto Neto - O tema da obrigatoriedade do diploma deve ser discutido no contexto da reserva de mercado, das concorrências e das regulagens que implicam o respeito pela profissionalização. Mas discutir o diploma esvaziado dessa complexidade histórica, cultural e técnica, e

dessa nova realidade de sociedade do conhecimento que vivemos, não tem sentido. Não tenho dúvidas de que a série de operações que um jovem jornalista faz na redação não está mais na sua mão, mas da sociedade. Alguns princípios são universais e fazem parte da cognição humana. Mas existem outros que marcam a autoralidade, a identidade, a especificidade. Todas as profissões codificam a realidade. Todos os profissionais que passam por formações passam a aprender a transformar aquilo que é da ordem do mistério em significados. Esse processo de codificação não é apenas um processo mecânico, rotineiro e repetitivo. Mas algo persiste como singularidade desse “ato” que os indivíduos, ainda que dispoño de um arsenal de tecnologia, talvez não saibam desempenhar. A criação, a singularidade do ato da interpretação, o manejo de lidar com adversidade e a organização de processos de discurso ainda são singulares no trabalho desse analista da jornada que é o jornalista.

IHU On-Line - O senhor afirma que não existe mais a imprensa partidária. Mas é correto dizer que a mídia é apartidária? Interesses corporativos cercam ou manipulam a informação?

Antônio Fausto Neto - É preciso contextualizar o que eu disse. Entendo imprensa partidária no sentido de uma imprensa filiada a instituições políticas, partidos, agremiações políticas etc. Nesse sentido, no Brasil, parece que não existe imprensa partidária nesses moldes. Não temos uma imprensa partidária que represente interesses de instituições tão fortes, conforme outros países, como os da tradição européia, na qual o estado é tão forte que as mídias significam por-

ta vozes de pensamentos dessas grandes agremiações e instituições. No entanto, evidentemente, toda mídia toma partido, seja dos ideais daqueles que são seus dirigentes, seja das relações com que trava na sociedade civil. Não há mídia apartidária. A mídia manifesta o seu partidarismo naquilo que lhe é mais intrínseco, no seu modo de dizer as coisas. Cada mídia possui um sistema de produção, no qual estão o miolo das suas ideologias, suas crenças e convicções, acerca da sua relação com o mundo.

IHU On-Line - O senhor percebe a influência ou participação de uma mídia livre, alternativa, no Rio Grande do Sul?

Antônio Fausto Neto - Percebo um conjunto de manifestações desencadeadas por diferentes atores sociais, instituições, grupos de interesse, grupos emergentes, que apontam para novos modelos de anúncio, que podem afetar os dispositivos formais midiáticos em funcionamento. Nesse contexto, existem diversas iniciativas, como a do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e dos sindicatos, apesar de estarem conectadas e atravessadas por conflitos e relações de dependência com as mídias convencionais. O importante é a diversidade da enunciação. A sociedade precisa compreender a lógica da comunicação, seja aquela que está estratificada ou regulada nos sistemas formais, seja aquela que pode ascender. Na medida em que a sociedade compreende que tem o poder de desenvolver formas de enunciação, ela pode dar curso a uma energia comunicativa, que produz adversidade e autoridade. É preciso pensar a comunicação como manifestação da autoridade, dentro do universo da midiatização.

LEIA MAIS...

>> Antônio Fausto Neto já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line. O material está disponível na nossa página eletrônica www.unisinos.br/ihu

Entrevistas:

- * As estratégias midiáticas da religiosidade contemporânea
- * As relações entre mídia e política no espaço público

Informação não é sinônimo de jornalismo

Para o jornalista Pedro Osório, o diploma contribuiu para que os donos dos veículos não sejam também os “donos dos critérios para dizer quem poderia ou não ser jornalista”

POR PATRICIA FACHIN

“**N**ão me parece que os jornalistas da imprensa alternativa sejam mais éticos do que os empregados na grande imprensa, ou vice-versa. Há deslizos éticos e posturas exemplarmente éticas em ambas”, considera Pedro Osório, jornalista e professor da Unisinos. Adepto à obrigatoriedade do diploma na formação dos jornalistas, ele afirma que “só pode bem defender o trato ético da notícia, preservar a sua veracidade, quem estiver habilitado para tanto, treinado e vocacionado para o exercício do jornalismo”. Para ele, muitos integrantes da mídia livre ainda não aprenderam a utilizar a internet e tampouco a fazer jornalismo, divulgando, em muitos casos “palavras de ordem, e não fatos”.

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ele reitera que a “presunção da inexistência de interesses divergentes significativos” foi uma das principais “causas do desaparecimento da imprensa alternativa e da extinção da imprensa comunitária.” Em muitos casos, explica, o despreparo e o amadorismo jornalístico somaram-se “à incapacidade de equacionar, jornalisticamente, a expressão de interesses legítimos, ainda que diversos, na mesma publicação”.

Pedro Luiz da Silveira Osório é jornalista, graduado, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e mestre em Comunicação e Informação, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Trabalhou em vários veículos de comunicação, entre eles a revista **IHU On-Line**. Foi Coordenador de Comunicação Social do Governo Municipal de Porto Alegre na gestão 1993-1996. Integra o Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (EPCOM), de Porto Alegre. É também secretário-executivo do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), editor-executivo da revista *MídiaComDemocracia*, publicada pelo FNDC (www.fndc.org.br), e membro da Comissão de Ética do Sindicato dos Jornalistas no Rio Grande do Sul e do Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini – Rádio e Televisão, representando os jornalistas profissionais. Atualmente, é professor do curso de Jornalismo da Unisinos.

IHU On-Line - Que veículos, hoje, compõem a mídia livre? Qual é a importância da pequena imprensa na divulgação da informação, na atual conjuntura do jornalismo brasileiro?

Pedro Osório - A indagação, obviamente feita à luz do movimento “por uma mídia livre”, já noticiado por esta revista, embaralha involuntariamente alguns conceitos. Como ocorre com o dito movimento – embora, naquele caso, a ação não seja involuntária. Penso que devemos distinguir tais conceitos, antes de atender ao espírito da pergunta. Como sabemos, a expressão “mídia” designa “meios”; es-

pecialmente os meios de comunicação de massa, e, desde relativamente há pouco tempo, os meios de comunicação interpessoais. Integram a mídia os chamados “veículos”. Assim, cada jornal impresso, por exemplo, é um veículo. Mas cada emissora de televisão também. Ou um determinado sítio eletrônico. Nem este nem as tevês praticam, necessariamente, jornalismo. Todos os veículos, por certo, dão trânsito à informação – que não é sinônimo, necessariamente, de jornalismo. Feita esta distinção, para efeito de clareza, passo a me referir ao jornalismo, nesta e nas demais respostas. Me parece que

este é o objeto principal dos questionamentos apresentados. Vamos lá: aceitando o termo “pequena” como referente à imprensa alternativa aos grandes veículos jornalísticos impressos e com propósitos sociais críticos, julgo que a importância da pequena imprensa no jornalismo brasileiro é, em termos absolutos, pequena. Em termos relativos, idem. O que é que temos? Pequenas publicações (os números das tiragens são aproximados) atuando no campo da contracultura ou da esquerda: a revista *Caros Amigos*, sobrevivendo, com uma tiragem de 40 mil exemplares mensais; a revista *Retrato do Brasil*,



ADRIANO KRAHL

mensal, com seis mil exemplares; a revista *Fórum*, mensal, com tiragem inferior a 30 mil; o sítio *Carta Maior*, vivendo uma fase difícil, tornada pública pelo próprio, sem patrocinadores, assim como as revistas. São publicações jornalísticas que adquiriram importância conceitual, por assim dizer, especialmente a *Caros Amigos*, existente há dez anos. Pode-se acrescentar o jornal *Brasil de Fato*, do MST, e talvez mais alguns poucos títulos, cuja inclusão não alteraria o cenário. Penso que, potencialmente, há um lugar destinado à pequena imprensa no imenso território brasileiro. Espero que as publicações atuais se consolidem e outras brotem e cresçam. A pequena imprensa pode evitar limitações editoriais típicas da grande imprensa, obrigatoriamente massiva, e desempenhar um papel importante na formação da consciência crítica nacional e no reforço da pluralidade.

IHU On-Line - Como o senhor percebe a ética jornalística na grande imprensa e na mídia alternativa? Há diferença entre ambas, nesse quesito? Que critérios são fundamentais para que a notícia seja tratada dentro dos princípios da conduta ética e profissional, levando em consideração a qualidade e a veracidade da informação?

Pedro Osório - Não me parece que os jornalistas da imprensa alternativa sejam mais éticos do que os empregados na grande imprensa, ou vice-versa. Não considero a pequena imprensa “pura”, ou a grande “impura”, ou vice-versa. Há deslizamentos éticos e posturas exemplares em ambas. Obviamente, aquilo que se faz na grande imprensa repercute mais, positiva ou negativamente. Quanto à qualidade e à veracidade da informação, derivam, em boa medida, da qualificação e da consciência profissional dos jornalistas. Só pode bem defender o trato ético da notícia, preservar a sua veracidade, quem estiver habilitado para tanto, treinado e vocacionado para o exercício do jornalismo. De todo modo, só poderá fazê-lo de modo eficaz quem dedicar-se ao estudo do jornalismo, das suas implicações sociais, das suas especificidades técnicas e da sua epistemologia. Não quero com isso dizer que a presença de um qualificado jornalista, ética e profissionalmente, em qualquer redação, garantirá que dela nasça um bom jornal.

Mas uma redação composta de bons jornalistas, atentos à ética e à veracidade pode, sim, dar combate a determinadas linhas editoriais e qualificar o jornalismo praticado naquele veículo. Assim é em todas as atividades, me parece. Pois não foi, por exemplo, a postura ética e a ação coletiva de muitos padres que conduziram a Igreja Católica brasileira à destacada posição de combate contra a ditadura militar, denunciando a opressão e desenhando novos tempos, disseminando milhares de Comunidades Eclesiais de Base, mudando a história dessa instituição no país? Se isso ocorreu foi devido, de maneira determinante, ao preparo intelectual e político desses religiosos, às suas ações precedidas de profundas reflexões sobre a realidade nacional, sobre o povo brasileiro. Não foi obra de amadores bem intencionados, mas de pessoas preparadas para tanto. O mesmo se dá com o jornalismo, que só pode melhorar se praticado por profissionais preparados de modo semelhante. Guardadas, claro, as evidentes diferenças entre um padre e um jornalista, já que o jornalismo não deve nem pode ser definido como um sacerdócio, embora tenha uma notável relevância social.

IHU On-Line - A imprensa alternativa, com sua influência, sobretudo, por meio da internet, consegue ter um ponto de vista verdadeiramente social? Ela complementa ou fiscaliza a grande imprensa?

Pedro Osório - Penso que a imprensa alternativa ainda não aprendeu a usar a internet. Por outro lado, embora a internet venha crescendo, apenas 17% dos domicílios brasileiros têm acesso à mesma, conforme os últimos dados do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (www.cetic.br). E tenho dúvidas quanto à adoção, pela imprensa alternativa, de um “ponto de vista verdadeiramente social”. Tomemos como exemplo o jornal *Brasil de Fato*, vinculado ao MST: ele representa “um ponto de vista verdadeiramente social”? Creio que não. Trata-se de uma publicação produzida por extraordinário e importante movimento social que ainda está aprendendo a fazer jornalismo. Divulga palavras de ordem, predominantemente. Se procurasse expor os fatos analiticamente, ainda que

prioritariamente voltados à luta do MST, seriam de grande utilidade para o crescimento da consciência social dos brasileiros. Entretanto, deve-se reconhecer que a imprensa alternativa busca adotar pontos de vista “verdadeiramente sociais”, comparativamente aos da grande imprensa, à qual complementa, de maneira restrita. Mas não creio que tenha poderes para fiscalizá-la. Por isso, se é importante para a sociedade brasileira incentivarmos a pequena imprensa, é fundamental democratizarmos a grande imprensa. Essa tarefa só pode ser realizada mediante a adoção de políticas públicas de comunicação que regulem adequadamente a prática da comunicação social e qualifiquem o exercício do jornalismo. Só assim poderemos alterar o cenário antidemocrático da grande imprensa brasileira.

IHU On-Line - Com a atuação da mídia livre através de blogs e de sites da internet, torna-se necessário rediscutir as leis trabalhistas dos jornalistas, como carga horária, por exemplo? É possível tornar a prática condizente com a legislação?

Pedro Osório - Não consigo discernir o que vem a ser a dita “mídia livre”. Em todo o caso, se a expressão deseja abrigar idéias como “livre da opressão”, “livre de interesses antipopulares”, nela só encontro razões para que a sua prática não dê guarida à exploração trabalhista. O exercício do jornalismo não é compatível com atitudes burocráticas, sabidamente. Mas isso ocorre em outras profissões. Médicos de um hospital, por exemplo, também não podem ser burocratas. Poder-se-ia dizer, até, que não deveriam parar nunca de atender os doentes, amenizar suas dores. Os jornalistas, de modo semelhante, poderiam trabalhar sem descanso, pois o mundo não pára e sempre haverá fatos relevantes para reportar e noticiar. Por isso mesmo, suas atividades devem ser claramente reguladas, protegendo-os da exploração e assegurando-lhes o direito ao convívio familiar, ao lazer, ao estudo, à saúde física e mental, assegurando-lhes o direito à humanidade, enfim. O bom desempenho de uma empresa jornalística, seja ela “livre” ou não, está a exigir mais horas de trabalho? Ora, que mais profissionais sejam contratados. A legislação pode mudar, para adequar-se às novas

exigências da atividade jornalística? Talvez. Desde que os direitos fundamentais dos trabalhadores sejam respeitados: eles foram conquistados com sangue, suor e lágrimas. Ademais, a legislação trabalhista não impediu que, antes e agora, incontáveis jornalistas dedicassem (dediquem) suas melhores energias primordialmente à profissão e ao seu exercício digno e apaixonado.

IHU On-Line - O movimento que luta por uma mídia livre, independente, sugere que a profissão de jornalista deve ser exercida por qualquer pessoa. O senhor concorda com a idéia de que a obrigatoriedade do diploma limita a formação de jornalistas?

Pedro Osório - Sou radicalmente a favor do diploma. Antes de abordar os desdobramentos dessa posição, porém, devo dizer que o referido movimento, ao embalar conceitos historicamente firmados, tal como mencionei na primeira resposta, dá trânsito a três equívocos. Primeiro: alimenta a idéia de que há/pode haver mídias “livres”, mas não as define. Tomando a expressão “mídia” como sinônimo dos meios de comunicação massivos ou interpessoais, pergunta-se: o que é uma mídia “livre”? Será “livre” a mídia que defende e transposição do rio São Francisco e, digamos “não-livre” a que apresenta idéias favoráveis à transposição? Será “livre” um jornal que condena a política econômica vigente e “não-livre” um jornal que apresenta idéias contrárias? Como se vê, a expressão “mídia livre”, ao deixar implícito que pode haver uma mídia independente de interesses, termina por mascará-los. E isso é muito ruim para a democracia. E ruim para a imprensa alternativa (eis o segundo equívoco). Reconhecidamente, foi a presunção da inexistência de interesses divergentes significativos uma das principais causas do desaparecimento da imprensa alternativa e da extinção da imprensa comunitária. O despreparo para lidar com as dissensões que caracterizam a democracia matou-as. Em muitos casos, esse despreparo somou-se ao amadorismo jornalístico, à incapacidade de equacionar, jornalisticamente, a expressão de interesses legítimos, ainda que diversos, na mesma publicação. Por fim (eis o terceiro equívoco), o movimento retoma uma idéia superada: a idéia de que a boa democracia nasce, basicamente, da

proliferação dos meios de comunicação, livremente acessados e operados. Trata-se de uma abordagem que, não fosse já vencida, estaria sendo agora sepultada. É evidente, julgo, que a extraordinária potencialização dos meios de comunicação e do acesso aos mesmos, decorrente das novas tecnologias, pouco ou quase nada contribuiu para o aperfeiçoamento democrático. Poucos, muito poucos blogs, por exemplo, adquirem dimensão pública. E, nesses casos, invariavelmente estão ancorados em grandes portais. Ou seja: na grande mídia, da qual a peque-

“Não consigo discernir o que vem a ser a dita ‘mídia livre’. Em todo o caso, se a expressão deseja abrigar idéias como ‘livre da opressão’, ‘livre de interesses antipopulares’, nela só encontro razões para que a sua prática não dê guarida à exploração trabalhista”

na imprensa deseja livrar-se, tornando-se “livre”. Naturalmente, o livre acesso aos meios de comunicação integra os preceitos democráticos. Mas a democracia não pode prescindir dos meios de comunicação generalistas, daqueles que falam para todos. Alguém imagina que a nação brasileira se consolidará sem a presença dos grandes meios de comunicação de massa? Que sem eles será possível erguer e consolidar uma identidade brasileira marcada pela pluralidade, assegurando o trânsito indispensável ao conhecimento e à cultura universais? Por isso, prefiro o movimento pela democratização da mídia, defendendo a implantação de políti-

cas públicas que estabeleçam formas de controle público sobre a mídia, minando-lhe a capacidade de impor interesses particulares sobre o interesse geral, de impor-se de maneira determinante sobre a política, a cultura, a economia. Naturalmente, a existência de meios de comunicação (generalistas ou não) inclui a idéia de mediação e, portanto, de mediadores. Neste caso, em se tratando de jornalismo, sustento que a referida mediação, nos veículos grandes ou pequenos, “livres” ou não, deve ser feita por jornalistas profissionais, devidamente diplomados, pelas razões já expostas.

IHU On-Line - Alguns jornalistas deixam de trabalhar com a imprensa alternativa por questões financeiras, já que muitas delas não conseguem manter o honorário dos funcionários. Como dar conta da ampliação dos fatos noticiosos, principalmente sob outra ótica jornalística, tendo em vista que poucos profissionais atuam no segmento alternativo e outras pessoas não podem atuar, uma vez que não são jornalistas?

Pedro Osório - A idéia de que o diploma é elitista, pois restringe a profissão aos que não têm acesso à faculdade, é uma das muitas falácias que vêm sendo impingidas à opinião pública. Esse e outros argumentos que simulam veracidade já foram cabalmente desconstituídos pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), cujas posições estão expressas na publicação “Formação Superior em Jornalismo - Uma exigência que interessa à sociedade”, organizada pela referida entidade, com o apoio da Cátedra FENAJ-UFSC de Jornalismo para a Cidadania. O livro está em sua segunda edição e pode ser acessado em www.fenaj.org.br/livro.pdf. Nele, a FENAJ observa que o argumento do “diploma elitista” abarca todas as profissões que têm em sua regulamentação a exigência de curso superior. E o considera falacioso, pois omite que a nossa sociedade é excludente e injusta ao não assegurar educação de qualidade para todos, como prevê a Constituição. Culpar a regulamentação profissional dos jornalistas pelas enormes desigualdades sociais beira a má-fé. A barreira econômica existente é a mesma para outras profissões tão importantes quanto a dos jornalistas. Na verdade (aqui faço minhas as palavras

do jornalista Fred Ghedini, um dos articulistas do referido livro), a exigência do diploma é hoje uma garantia de acesso universal à profissão. Do contrário, os donos dos veículos seriam também os donos dos critérios para dizer quem poderia ou não ser jornalista. Nesse caso, eu prefiro a lei aos critérios patronais, sejam eles da mídia “livre” ou não. Quanto às dificuldades financeiras da imprensa alternativa, creio que não serão superadas mediante a contratação de pessoas mal remuneradas, diplomadas ou não. Não quero crer que a imprensa alternativa pretende obter dinheiro reduzindo o salário dos seus trabalhadores.

IHU On-Line - Uma das críticas à universidade é a de que ela faz convênios de estágios com a grande imprensa. Essa posição contribui para que os futuros jornalistas não procurem outros veículos, como os da mídia alternativa? Qual deveria ser a função da academia no processo de formação dos jornalistas?

Pedro Osório - Desconheço essa crítica e não considero os referidos estágios prejudiciais. Pelo contrário, acho que deveriam ser ampliados, que a grande imprensa deveria aproximar-se da universidade. Ela (e o país) só teriam ganhos. Mas os donos das empresas jornalísticas temem a contribuição crítica da universidade. Preferem desqualificá-la, enquanto preservam seus feudos intocados. Quanto aos estágios na imprensa alternativa, podem ser também realizados. Talvez o interesse pelos mesmos aumentasse se os cursos de comunicação estivessem mais próximos das Ciências Humanas e Sociais. Não considero — e digo isso sempre que posso — que os universitários de hoje tenham menos interesse pelas questões sociais e políticas do que os estudantes da minha geração. Falta-lhes, reconheço, espírito crítico. O papel da academia é fazê-lo florescer.

LEIA MAIS...

>> Pedro Osório já concedeu outra entrevista à IHU On-Line. Ela está disponível na nossa página eletrônica www.unisinos.br/ihu

Entrevista:

* Jornalismo a cavalo

Informar liberta

Leonardo Sakamoto defende a importância de criar alternativas à mídia tradicional e de formar leitores críticos

POR GREYCE VARGAS, GRAZIELA WOLFART E PATRICIA FACHIN

“A primeira ação para que se tenha uma mídia livre é ter leitores livres e produtores de informação livres.” A afirmação é do jornalista Leonardo Sakamoto, em entrevista concedida por telefone para a IHU On-Line. Ele acrescenta que “todas as mídias pequenas têm um potencial muito grande. E nisso o papel da internet é fundamental. A capacidade trazida pela internet, a gratuidade da informação, a velocidade com que atinge públicos diferentes e que os mobiliza, é muito forte”.

Leonardo Sakamoto é jornalista e doutor em Ciência Política, pela Universidade de São Paulo (USP). Cobriu a guerra pela independência em Timor Leste e a guerra civil angolana. Foi professor do curso de jornalismo da ECA-USP e trabalhou em vários veículos de comunicação, tendo recebido prêmios na área de jornalismo e direitos humanos, como o Vladimir Herzog e o Prêmio Combate ao Trabalho Escravo. É também coordenador da ONG Repórter Brasil (www.reporterbrasil.org.br) e seu representante na Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). Sobre sua experiência na ONG Repórter Brasil, ele declara: “Nosso objetivo não é com a fama, ou a glória. Nosso objetivo é com a função social da informação. Quanto mais gente atingir melhor, não importa de quem é a notícia, ou quem vai ganhar o prêmio jornalístico por ter soltado aquele ‘furo’”.

Leonardo Sakamoto é jornalista e doutor em Ciência Política, pela Universidade de São Paulo (USP). Cobriu a guerra pela independência em Timor Leste e a guerra civil angolana. Foi professor do curso de jornalismo da ECA-USP e trabalhou em vários veículos de comunicação, tendo recebido prêmios na área de jornalismo e direitos humanos, como o Vladimir Herzog e o Prêmio Combate ao Trabalho Escravo. É também coordenador da ONG Repórter Brasil (www.reporterbrasil.org.br) e seu representante na Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). Sobre sua experiência na ONG Repórter Brasil, ele declara: “Nosso objetivo não é com a fama, ou a glória. Nosso objetivo é com a função social da informação. Quanto mais gente atingir melhor, não importa de quem é a notícia, ou quem vai ganhar o prêmio jornalístico por ter soltado aquele ‘furo’”.

IHU On-Line - Como o senhor define mídia livre ou alternativa?

Leonardo Sakamoto - Quando o termo “mídia alternativa” foi cunhado, estava claramente se referindo a uma possibilidade de existência de um outro canal de comunicação que não fosse o principal, da chamada “grande mídia”. A mídia alternativa nasceu, portanto, como uma alternativa aos meios tradicionais e convencionais de comunicação. Porque quando falamos de *status quo* em comunicação, não estamos falando apenas de conteúdo, mas de forma também. A mídia alternativa abrange, historicamente, um grupo de veículos no sentido de dar a eles a alcunha de uma outra linha de fazer jornalismo e comunicação. É claro que há uma série de outros pontos de vista que também incidem sobre esse tema da mídia alternativa ou mídia livre, que seria a mídia independente, aberta, sem amarras econômicas e financeiras. No entanto, essa é uma concepção pessoal e profissional dentro da nossa esfera de atuação aqui na Repórter Brasil. Os veículos “de esquerda” (e aqui eu uso esquerda não no sentido simplesmente político-partidário, mas no sentido de contestação) aceitam a alcunha de alternativa, outros preferem a alcunha de independente, ou livre. Eu aceito todas elas, no que diz respeito ao veículo Repórter Brasil, do qual faço parte, e não fico contradito com nenhuma. Queremos passar a idéia de um veículo de comunicação que proponha algo diferente, idéias diferentes, um fazer jornalístico diferente,

DIVULGAÇÃO



e de uma forma que não esteja vinculado a nenhum grupo, partido, empresa ou linha econômica, a ponto de tornar-se dela seu servo e seu subserviente.

IHU On-Line - Para que esses veículos cumpram seu papel, é fundamental que eles sejam apartidários?

Leonardo Sakamoto - Não tem importância nenhuma que eles sejam partidários. Desde que deixem clara essa opção ao leitor. Um veículo pode adotar não só um partido político, mas uma causa, uma idéia, pode apoiar várias iniciativas. A mídia sindical tem uma importância histórica e adota uma postura forte também. De forma mais ampla, penso que a mídia, em geral, precisa demonstrar opinião e adotar uma postura. Falar do contrário seria mentira. As pessoas que fazem a imprensa não são seres externos à sociedade, à comunidade e ao grupo social em que vivem. Elas têm interesses, medos, frustrações. Falar que uma matéria é imparcial é ridículo. Por exemplo, você escolhe um grupo de fontes que acha importante. Esse “achar importante” é, por si, bastante subjetivo e sujeito a uma carga de opinião. O leitor deve saber claramente o que está comprando, como uma embalagem, pois o jornal é um produto. É importante que a sociedade brasileira crie veículos de comunicação que sejam alternativos uns aos outros. Por exemplo, no jornalismo francês temos, de um lado, o *Libération*, e, de outro lado, o *Le Monde* e o *Le Figaro*. Então, há opções. Dentro delas, é preciso garantir ao leitor uma pluralidade de opiniões, e assim se faz democracia.

IHU On-Line - Que ações são imprescindíveis na luta por uma mídia livre e democrática?

Leonardo Sakamoto - Há muitas correntes que acham que o mais importante é que o Estado garanta uma mídia livre e democrática. Quando falamos de democratização da comunicação, de fazer com que a informação chegue a um maior número possível de pessoas, de forma o mais plural possível, e que um maior número de pessoas possa ser protagonista dessa difusão de informação, estamos falando de uma questão bastante anterior. A primeira ação para que se tenha uma mídia livre é ter leitores e

produtores de informação livres. Tecnicamente, todo mundo é produtor de informação, de notícia. Não somos apenas nós, jornalistas, os capazes de fazer essa produção de notícias. É claro que cada um faz esse “meio de campo” dentro da sua esfera de atuação, dentro da sua limitação estrutural e financeira. Para se chegar a essa mídia livre, é preciso criar oportunidades no sentido de formar pessoas, tanto para poder produzir quando para poder criticar a mídia. Precisamos, cada vez mais, criar leitores críticos, e, ao mesmo tempo, fomentar veículos ou formas de comunicação que extrapolem a grande mídia convencional. Também é necessário capacitar e formar jovens para poderem desenvolver seus próprios veículos comunitários, que podem ser jornais, rádios, internet. Criando essas pequenas alternativas, estaremos democratizando as formas de espalhar a informação. A partir daí, toda e qualquer iniciativa é consequência.

Diploma

Eu defendo totalmente o fim da necessidade do diploma jornalístico, e aí está uma grande sacada. Não defendo o fim da faculdade de jornalismo, de maneira alguma. Considero importantíssima. No entanto, mais importante ainda é tirar a necessidade, porque é uma forma simbólica de dizer claramente que é importante que se estude isso em uma universidade, mas não somos apenas nós, os doutores, que temos a capacidade de fazer essa intermediação. Se a sociedade conseguir perceber que ela pode ser emissora de informação e que ela pode mudar os veículos que estão aí através da sua crítica, teremos uma mídia livre.

IHU On-Line - Como é, para você, estar à frente de um veículo que é dito pequeno, ou alternativo, que luta contra o trabalho escravo? Como você sente que uma mídia considerada pequena tenha uma luta tão forte?

Leonardo Sakamoto - A Repórter Brasil trabalha muito com a questão do trabalho escravo, mas também com meio ambiente e a questão agrária. São temas muitas vezes periféricos. Nós e todas as mídias pequenas temos um potencial muito grande. E nisso o papel da internet é fundamental. A capacidade trazida pela internet, a gratuidade da informa-

ção, a velocidade com que atinge públicos diferentes e que os mobiliza, é muito forte. Conseguimos influir em políticas públicas, pressionar em aprovação de leis, pela condenação de culpados, pela libertação de trabalhadores, pela articulação entre setores. E conseguimos grandes soluções, porque temos a internet como parceira e instrumento de difusão. Ao mesmo tempo, temos grandes parceiros na grande mídia. A Repórter Brasil, em nenhum momento, teve algum tipo de conflito com a mídia convencional. Ela tem um comportamento de parceria muitas vezes. São pontos que se completam. Eles têm talvez alguma ação que podemos criticar, mas nos completamos, no sentido de que fazemos algo e eles se pautam muito pelo que fazemos, reproduzem o que fazemos. E nós fornecemos tudo o que nos pedem. Nosso objetivo não é com a fama, ou a glória. Nosso objetivo é com a função social da informação. Quanto mais gente atingir melhor, não importa de quem é a notícia, ou quem vai ganhar o prêmio jornalístico por ter soltado aquele “furo”. Acreditamos que a informação não tem apenas uma função social; ela tem uma função redentora. Informar liberta.

IHU On-Line - Como as instituições de ensino podem contribuir para a formação de profissionais engajados na prática de comunicação comunitária, alternativa?

Leonardo Sakamoto - A universidade tem o papel fundamental de fazer a ponte com a comunidade. Todo jornalista formado por uma universidade não é apenas um jornalista. Ele tem um potencial muito grande para discutir a mídia junto à comunidade. As universidades brasileiras abordam pouco o tema da comunicação comunitária. Muitas vezes, a universidade forma para o mercado, pensando na grande mídia, mas não pensando na função social do jornalista, na sua capacidade de ser um multiplicador, de formar os leitores para serem críticos da mídia que consomem e, ao mesmo tempo, de formar pessoas que sejam capazes de criar seus próprios veículos de comunicação. Muitas vezes, a universidade está voltada a produzir simplesmente soldados para o mercado e não pessoas interessadas em mudar, em democratizar a comunicação. Essa

preocupação com o mercado se dá pela cobrança dos alunos, mas também pela preguiça dos professores ou pela incapacidade de alguns mestres e doutores em observar a comunicação como algo mais amplo e não como uma ação institucionalizada. É muito difícil mostrar para os professores que não é só jornalista que faz comunicação. As pessoas consideram jornalista quem tem diploma, quem domina a técnica, sendo que a técnica da fala, da interlocução, é tão antiga quanto a humanidade.

IHU On-Line - Qual é o principal desafio para as mídias alternativas no Brasil?

Leonardo Sakamoto - As mídias alternativas já existentes enfrentam falta de recursos, falta de capacidade de distribuição e um certo preconceito de quem acha que, por ser uma mídia pequena, é uma mídia ruim, o que não é verdade. Elas também enfrentam, muitas vezes, má gestão. Frequentemente, as pessoas colocam a culpa na falta de dinheiro e recursos, mas, na verdade, não são criativas e gerem muito mal. Há muitas mídias alternativas que têm problema de remuneração. Por ter pouco dinheiro, as pessoas tratam mal quem trabalha nelas. Alguns falam que as os profissionais não precisam receber salário porque estão fazendo isso pela causa. Isso é ridículo. A mídia alternativa poderia ser muito mais unida, ter muito mais interlocução entre seus integrantes, trocar mais informação do que acontece.

ONG REPÓRTER BRASIL

Fundada em 2001, a Repórter Brasil tem como objetivo fomentar a reflexão e ação sobre as diversas situações de injustiça que se fazem presentes em nossa sociedade, tanto nos casos de flagrante desrespeito aos direitos humanos, como nas condições sociais e estruturais sub-humanas de vida. Nesse ponto, toma uma clara e inequívoca opção pelos empobrecidos e marginalizados, no que se refere à realidade política, econômica, social, cultural e ambiental do país. O site é www.reporterbrasil.org.br

LEIA MAIS...

>> Confira outra entrevista concedida por Leonardo Sakamoto, à IHU On-Line. Acesse nossa página eletrônica www.unisinos.br/ihu.

Entrevista:

* O trabalho escravo reinventado pelo capitalismo contemporâneo

Quinto poder? Uma função para a mídia livre

É necessário reafirmar o conceito de mídia livre, “definindo-se melhor sua independência”, avalia Laurindo Leal Filho

POR PATRICIA FACHIN

Para Laurindo Leal Filho, sociólogo e jornalista, a expressão “mídia independente deve ser entendida apenas como uma forma de identificar veículos não comprometidos com a grande imprensa”. Em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, ele comenta que a idéia de liberdade de imprensa, tão sonhada nos anos 1960, hoje está “restrita aos grupos empresariais que controlam os meios de comunicação”.

Analisando a função da mídia livre, o jornalista diz que a “imprensa – de um modo geral – tornou-se ela própria um poder muitas vezes mais poderoso que os poderes da República”. E reitera a necessidade de criar instituições sociais capazes de atuar como “um quinto poder”. Para ele, esse papel já está sendo desempenhado, de alguma maneira, pela mídia alternativa movida pela internet.

Laurindo Leal Filho, professor da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), é formado em Ciências Sociais, pela USP, mestre em Sociologia, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e doutor em Ciências da Comunicação, pela ECA/USP e pós-doutor pelo Goldsmiths College da Universidade de Londres.



IHU On-Line - Como o senhor avalia o conceito “liberdade de imprensa”? Essa expressão perdeu significado ao longo dos anos, levando em consideração que os fatos são divulgados por poucos grupos controladores da mídia?

Laurindo Leal Filho - Sim. O que nós temos é uma liberdade restrita aos grupos empresariais que controlam os meios de comunicação. Eles atuam como empreendimentos comerciais regidos pela lógica da acumulação capitalista. Seus objetivos básicos não diferem dos almejados em qualquer ramo do comércio. A maximização dos lucros é o objetivo prioritário. E, para isso, torna-se necessário ocupar cada vez mais fatias maiores do mercado, levando a uma crescente concentração das empresas. Com isso, a liberdade de circulação das informações se estreita, limitando-se ao que interessa a esses grupos, cada vez em menor número.

IHU On-Line - O que o senhor entende por mídia independente?

Laurindo Leal Filho - Não é um conceito novo, embora volte a ser usado no Brasil por alguns grupos que procuram se diferenciar da mídia hegemônica, contro-

lada pelos grandes grupos empresariais. Acredito que seja necessário refinar um pouco o conceito, definindo-se melhor essa independência. Ela não existe de fórmula absoluta. Qualquer meio de comunicação depende, no mínimo, dos seus próprios colaboradores. A expressão mídia independente deve ser entendida apenas como uma forma de identificar veículos não comprometidos com a grande mídia. Apenas isso.

IHU On-Line - O que o senhor quer dizer com a idéia de que “a expressão mídia independente deve ser entendida apenas como uma forma de identificar veículos não comprometidos com a grande mídia”?

Laurindo Leal Filho - A mídia independente — e qualquer tipo de mídia — não paira no ar. Algum vínculo estrutural ela deve ter, seja na forma de empresa ou de organização social. A independência fundamental é em relação aos governos e aos grandes grupos empresariais, sejam eles mediáticos ou não.

IHU On-Line - Uma mídia alternativa precisa se, necessariamente, independente? Tendo em vista a lógica do capital, é possível essa desvinculação entre mídia e anunciantes, mídia e políticos?

Laurindo Leal Filho - Sim, é possível essa desvinculação, mas não uma independência absoluta e, portanto, abstrata. Pode não haver uma dependência, mas sempre haverá algum tipo de relação com idéias, valores, visões de mundo que, de alguma forma, dão personalidade ao veículo de comunicação. E isso pode ocorrer até no âmbito das relações capitalistas. Basta ver o exemplo de alguns grandes jornais europeus dirigidos por conselhos editoriais totalmente independentes da gestão empresarial. Aos gestores, cabe manter a saúde econômica da empresa e prestar contas aos acionistas, os quais, por sua vez, podem ter idéias e valores até conflitantes com os do veículo. Mas para eles não é isso que está em jogo e sim os dividendos financeiros obtidos.

Na radiodifusão, particularmente, que é uma concessão pública, as normas, no entanto, devem ser mais rígidas. Os concessionários desse tipo de serviço devem se abster de posicionamentos po-

“As emissoras usam o poder que lhes foi outorgado pelo Estado para acuar os governos quando estes insinuam qualquer ameaça aos seus interesses”

líticos, uma vez que não podem partidarizar algo que não é deles ou do seu grupo, mais sim de toda a sociedade. Nesse caso, cabe ao Estado estabelecer regras que garantam ao cidadão, ouvinte ou telespectador, o direito de receber a mais ampla variedade possível de opiniões e idéias, cabendo a ele a formar, a partir delas, o seu próprio juízo.

IHU On-Line - Profissionais que atuaram na imprensa há duas ou três décadas destacam a diferença do fazer jornalístico. Em que momento de sua história a grande imprensa mudou seu posicionamento?

Laurindo Leal Filho - Por se tratar de um processo, não se pode definir um momento preciso. As mudanças ocorreram por fatores estruturais ao capitalismo, como o já mencionado processo de concentração global. E, antes disso, a gradativa transformação dos meios de comunicação (especialmente jornais e revistas) em empresas comerciais. E houve um momento — podemos situar no caso brasileiro lá pelos anos 1960 — em que isso até foi positivo. Os jornais e revistas para atenderem a um público de classe média com maior escolarização investiram em profissionais talentosos e equipamentos modernos que passaram a tratar a notícia com mais cuidado. Viam-se prestando serviço de informação a um público cada vez mais exigente. Sem dúvida, a qualidade da imprensa se elevou. Entre outros, dois exemplos foram marcantes: a revista *Veja* e o *Jornal da Tarde*, em São Paulo. No entanto, as regras do jogo são implacáveis. Essas e outras empresas, quase sempre às voltas com problemas

financeiros, abdicaram desse jornalismo mais competente para irem se tornando, gradativamente, veiculadoras de mensagens adaptadas às suas estratégias de marketing. Para não falar das diferentes formas de subordinação aos diferentes governos, que lhes garantiam fatias importantes do faturamento mensal.

IHU On-Line - Além de driblar as informações disseminadas pela grande imprensa e tentar se destacar entre esses veículos, quais os outros fatores que dificultam a criação de uma mídia alternativa eficaz?

Laurindo Leal Filho - Dinheiro e vontade política. Os recursos são imprescindíveis e, com certeza, não virão das fontes de financiamento tradicionais, as grandes agências de publicidade e os grandes anunciantes. A estes não interessa investir em veículos críticos ao *status quo*, muito confortável para eles. Por isso, tornam-se necessários outros mecanismos de financiamento que passam pelo Estado (por exemplo, com a dotação de verbas publicitárias das instituições públicas para essa mídia não hegemônica) e pela sociedade, cujo apoio a esses veículos é fundamental.

Quanto à radiodifusão — que é o que realmente conta em termos de comunicação de massa no Brasil —, é preciso também vontade política para que os serviços públicos desse setor cheguem com qualidade a todos os domicílios brasileiros e se tornem uma verdadeira alternativa ao rádio e à TV comerciais.

IHU On-Line - O escritor francês Paul Virilio disse que a mídia contemporânea é o único poder que tem a prerrogativa de editar suas próprias leis, ao mesmo tempo em que sustenta a pretensão de não se submeter a nenhuma outra. O senhor concorda com essa visão? A imprensa não se reprime por dinheiro ou mais poder?
Laurindo Leal Filho - Diretamente, ela não faz isso. Mas seu poder é utilizado de forma brutal para pressionar governos e legisladores no sentido de promulgar leis do seu interesse. Ou, no caso brasileiro, de evitar a adoção de qualquer lei ou regulamento que arranhe, ainda que de leve, os seus privilégios. Basta ver a vergonhosa campanha das emissoras de TV contra a regulamentação do dispositivo

constitucional que submete as programações a uma classificação indicativa. E, agora, contra o projeto que estabelece cotas de programas nacionais nas TVs por assinatura. As emissoras usam o poder que lhes foi outorgado pelo Estado para acuar os governos quando estes insinuam qualquer ameaça aos seus interesses.

IHU On-Line - O senhor concorda com a idéia de que a imprensa é o quarto poder? Se sim, como podemos classificar a mídia alternativa?

Laurindo Leal Filho - A idéia de um quarto poder, que seria exercido pela imprensa, ao fiscalizar os demais poderes está completamente ultrapassada. A imprensa — de um modo geral — tornou-se ela própria um poder muitas vezes mais poderoso que os poderes da República. O executivo e o legislativo são renovados periodicamente e do judiciário cobra-se maior controle externo. Sobre a mídia, com seus enormes interesses políticos e econômicos, não há nenhum controle. Daí a necessidade de criarmos instituições sociais capazes de exercer esse papel que seria, talvez, de um quinto poder. A mídia alternativa - especialmente alguns sites na internet - já exercem esse papel. Torna-se necessário disseminá-lo para que seja exercido também por outras mídias.

IHU On-Line - Que princípios são indispensáveis na redemocratização da imprensa?

Laurindo Leal Filho - Acima de tudo, a diversidade. A democracia não vive plenamente se tiver que conviver com visões parciais de mundo apresentadas por alguns meios como visões gerais.

IHU On-Line - Embora sejam caracterizados como oligopólios manipuladores, os principais meios de comunicação são responsáveis pela disseminação das notícias e informam mais de 90% da população. Como inverter esse quadro e fazer com a mídia alternativa ganhe destaque e seja respeitada com dignidade?

Laurindo Leal Filho - Não é um processo simples. Exige grande mobilização e, especialmente, uma articulação com outros setores organizados da sociedade como ONGs, sindicatos, movimentos populares e estudantis.

Independência do jornalista: uma possibilidade ou uma necessidade?

Para o jornalista Antonio Biondi, o compromisso com a verdade dos fatos deve estar acima de orientações políticas e ideológicas

POR PATRICIA FACHIN

Para Antonio Biondi, jornalista, a mídia livre deve demonstrar seu compromisso com a sociedade, com a democracia. Essa imprensa “precisa noticiar o que não está nos grandes jornais, no *Jornal Nacional*, dar voz aos sem-voz, mostrar aos cidadãos a situação real da sociedade.”

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ele critica os meios de comunicação tradicionais da América Latina. E argumenta que os veículos privados “se colocaram a favor dos governos que varreram o continente com o neoliberalismo na década de 1990”.

No debate sobre a regulamentação ou não da profissão de jornalista através do diploma, ele demonstra-se favorável. Entretanto, alega que a atividade pode ser feita também por outras pessoas que se sintam no direito de comunicar. Levando em consideração os ensinamentos de seu pai, o jornalista Aloysio Biondi, ele reitera a necessidade de independência do profissional. “O Biondi pagou caro por esta opção, perdeu muitos empregos, foi muitas vezes boicotado por veículos onde trabalhou, por buscar se manter independente. E este segue sendo um desafio a ser enfrentado pelos jornalistas hoje.”

Biondi é graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Atualmente, cursa Direito na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD/USP), é editor da *Revista Sem Terra* e coordena o projeto “O Brasil de Aloysio Biondi”, em memória e homenagem à produção profissional do pai. O site *O Brasil de Biondi* (www.alysiobiondi.com.br) disponibiliza mais de 700 textos sobre o jornalista.

IHU On-Line - O senhor criticou a vinda de Marcel Granier, dono da RCTV,¹ ao Brasil, para defender, a “liberdade de imprensa”. Como avalia os oligopólios na mídia latino americana? Os grupos que compõe a grande imprensa estão se unindo para permanecer no controle midiático?

Antonio Biondi - Os grandes grupos de comunicação privada da América Latina se colocaram a favor dos governos que varreram o continente com o neoliberalismo na década de 1990, se mostraram inteiramente em sintonia com o Consenso de Washington, apoiaram as privatizações do patrimônio público, a Alca, a submissão aos interesses dos EUA. Com a chegada ao poder dos governos de orientação (mais ou menos) progressista na região, os oligopólios da mídia comercial têm se empenhado em combater e retardar toda sorte de reformas que melhorem as condições de vida do povo, especialmente da população mais pobre. Em nome de uma suposta defesa da liberdade de imprensa e da democracia, penso que estes

¹ RCTV - Rádio Caracas Television: fundada em 1953, foi a primeira emissora de TV da Venezuela. Em 2007, a RCTV, que tinha a maior audiência no país, deixou de transmitir em sinal aberto, ao ser negada a renovação de sua concessão de transmissão. (Nota da IHU On-Line)

“Cada grande grupo tem buscado ampliar seu alcance, seu faturamento, seus lucros, suas áreas de atuação, e, junto a isso, seu poder de influência. A orientação político-ideológica das empresas, contudo, acaba levando a uma coincidência de interesses e de pressões sobre os governos”

grupos acabam por violar frontalmente os princípios democráticos.

O golpe de 2002 na Venezuela é exemplar neste sentido, contando com uma participação direta e intensa da grande imprensa. Em cada país, em cada ano de mandato dos governos com orientação progressista, este descompasso entre os interesses da população e da mídia comercial se reafirma. Outra situação exemplar neste sentido foi o Plebiscito sobre a reestatização da Vale do Rio Doce,² que contou com mais de 3 milhões de participantes, apontou, por ampla maioria, pela perspectiva popular, pela reestatização, mas pouco foi noticiado pela grande mídia brasileira - quando não ridicularizado por ela.

Não chego a ver um processo mais objetivo de união dos grandes grupos para ampliar ou manter seu controle sobre os governos e a sociedade. Na Venezuela, isto parece ocorrer de forma mais organizada. Na Bolívia, acredito que também. O que me parece certo é que cada grande grupo tem buscado ampliar seu alcance, seu faturamento, seus lucros, suas áreas de atuação, e, junto a isso, seu poder de influência. A orientação político-ideológica das empresas, contudo, acaba levando a uma coincidência de interesses e de pressões sobre os governos. E, nos momentos mais agudos, como as eleições ou plebiscitos, realmente os grupos se organizam de forma mais unificada e corporativa.

IHU On-Line - O senhor diz que os meios de comunicação devem cumprir regras. Quais são elas? Elas devem ser

2 Sobre o tema, confira a cobertura realizada pelo sítio do IHU através das *Notícias do Dia*. O material está disponível na nossa página www.unisinos.br/ihu. (Nota da IHU On-Line)

padronizadas tanto para a mídia livre quanto para a grande mídia?

Antonio Biondi - Se os meios de comunicação respeitassem a Constituição Federal, a legislação de seus respectivos países, os direitos humanos, o seu leitor, já estaria ótimo. E isso vale tanto para a grande imprensa quanto para a mídia livre. Padrões éticos, de valorização da democracia e de uma sociedade mais justa e menos desigual deveriam orientar o trabalho de cada jornalista, de cada comunicador.

A comunicação é um dos setores da América Latina ao qual a democracia ainda não chegou. E a democratização da comunicação é ponto fundamental para aprofundar as melhorias nas demais áreas. Não estou aqui defendendo a extinção da mídia privada. Mas que, seguindo-se o que determina nossa Constituição, tenhamos no país um sistema público de comunicação, um sistema estatal e um sistema privado, em lugar de continuarmos a conviver com o oligopólio das empresas privadas, controlando a informação e os debates públicos no Brasil.

IHU On-Line - Qual é o papel da mídia livre? Ela deve lutar para combater os monopólios midiáticos ou sua preocupação deve restringir-se a veicular o que a grande imprensa não informa?

Antonio Biondi - A mídia livre deve ser plural, diversa, democrática, colaborar para construir uma sociedade melhor. Nesta empreitada, ela acabará por se chocar com os monopólios midiáticos. Não se trata simplesmente de um papel a cumprir, mas uma consequência de seu compromisso com a sociedade e com a democracia. A mídia livre preci-

sa noticiar o que não está nos grandes jornais, no *Jornal Nacional*, dar voz aos sem-voz, mostrar aos cidadãos a situação real da sociedade. O direito à informação é um dos pilares do direito à comunicação, uma bandeira que diversas entidades e movimentos, entre elas o *Intervozes*,³ lutam para que seja efetivado e respeitado no Brasil. Para responder a esta situação, é preciso noticiar tanto as pautas centrais do trabalho da grande imprensa quanto as histórias que esta mídia comercial omite ou distorce, por interesses privados. As lutas dos movimentos sociais servem para as duas situações. Uma outra visão dos fatos é tão importante para o cidadão quanto a visão dos fatos que não estão na agenda da mídia comercial - por interesse deliberado, ou mesmo por incapacidade e incompetência.

IHU On-Line - Que novos rumos devem cercar a atividade da imprensa alternativa? O movimento por uma mídia livre, independente, mostra que a imprensa brasileira pode seguir outro caminho no decorrer dos anos?

Antonio Biondi - Creio que a mídia livre deva orientar seu trabalho sempre com foco no interesse público, na construção de um mundo mais justo e menos desigual. Para isso, ela precisa buscar sempre sua independência. O compromisso com a verdade dos fatos deve estar acima de orientações políticas ou ideológicas - não vale repetir o modo de fazer comunicação dos grandes grupos com sinal trocado. Ela também deve buscar fortalecer seu trabalho de reportagem, de obter e construir suas informações por pernas próprias - especialmente indo à rua, ao lugar onde as coisas acontecem. Fazer sempre igual, repetir bordões e palavras de ordem muitas vezes não ajuda a resolver os problemas, a superar os desafios que a sociedade enfrenta.

Creio ser necessário, também, o respeito aos direitos trabalhistas, mui-

3 Constituído juridicamente em 2003, o *Intervozes* - Coletivo Brasil de Comunicação Social é uma organização que luta com base na compreensão de que a comunicação é um direito humano. Para saber mais, acesse www.intervozes.org.br. (Nota da IHU On-Line)

tas vezes uma utopia nas redações dos veículos da mídia livre. Para responder a todos esses desafios, evidentemente os veículos precisam se estruturar, e isso depende de políticas públicas e recursos voltados a democratizar a comunicação, o acesso à informação, a diversidade e a pluralidade neste tema. E por isso é muito bem-vinda a iniciativa de debates e ações conjuntas dos veículos de mídia livre e dos movimentos comprometidos com a luta pela democratização da comunicação e pela efetivação do direito à comunicação. Caso os primeiros passos desenhados por esta articulação (sobretudo, mas não somente via os encontros do Fórum de Mídia Livre em vários estados do país) se consolidem, será muito positivo para o Brasil.

IHU On-Line - Quando o senhor trata da liberdade de expressão para todos, quer dizer que o exercício da profissão de jornalista pode e deve ser feita até mesmo por pessoas que não dispõem do diploma?

Antonio Biondi - A regulamentação da profissão de jornalista é de suma importância, tanto quanto a luta pelo direito à comunicação para todos os cidadãos. Esta é uma visão pessoal, que construí ao longo da minha militância no *Intervozes*, no aprendizado com os companheiros da entidade e de outros movimentos sociais, na convivência com comunicadores populares. Creio ser um equívoco a defesa da idéia de que só aqueles que dispõem de um diploma possam trabalhar em veículos de comunicação. Esta é uma visão que dialoga essencialmente apenas com a realidade dos grandes veículos, das redações dos grandes grupos. Como fica a situação nas rádios comunitárias? Nos jornais dos movimentos? Isso sem falar nos blogs, na infinidade de novas possibilidades de comunicação trazidas pelas novas tecnologias. Somente jornalistas diplomados podem trabalhar, fazer a comunicação nestes espaços? Esta defesa não só é um ataque à avaliação de que a comunicação é um direito humano fundamental, como também não possui lastro na vida real. As entidades que colocam o diploma acima deste direito realmente acreditam que os jornalistas quei-

ram trabalhar nas rádios comunitárias, nos veículos dos movimentos sociais? Acredito que, se o diploma fosse ser efetivamente exigido nestes espaços, as entidades comunitárias e os movimentos simplesmente ficariam sem ter meios de se comunicar.

Quanto à regulamentação da pro-

“A independência do jornalista não deve ser vista como uma possibilidade, mas como uma opção, uma necessidade. E isso era assim ontem, é assim hoje”

fissão, à luta pelos direitos dos jornalistas, o que me parece central é enfrentar a crescente precarização do trabalho do jornalista. Em diversas situações, o diploma pode ajudar nisso, mas não creio que possa ser visto como algo maior do que esta luta contra a precarização. Hoje, não estamos vivendo o problema de haver mais profissionais sem diploma do que com diploma nas redações — mas certamente estamos vivendo o problema de crescer cada vez mais o número de pessoas sem registro na carteira de trabalho ou, pior, trabalhando como se fossem pessoas jurídicas que prestam serviço às empresas de comunicação.

IHU On-Line - Seu pai, Aloysio Biondi,⁴ sempre se manteve ideologica-

⁴ **Aloysio Biondi** (1936-2000): Foi um jornalista econômico brasileiro. Começou sua carreira na *Folha da Manhã*, atual *Folha de S. Paulo*, e destacou-se pelo trabalho na imprensa alternativa, com o qual contribuiu durante toda a vida. Trabalhou também na *Gazeta Mercantil*, no *Jornal do Commercio* (RJ), no *Diário do Comércio e Indústria* (DCI-SP), no *Correio da Manhã* (RJ), no *Diário da Manhã* (GO) e nas revistas *Veja* e *Visão*. (Nota da IHU On-Line)

mente independente dos meios em que trabalhava. O senhor acha que isso ainda é possível? Para manter o emprego, muitos jornalistas se submetem a manter posicionamentos contrários aos seus princípios? É possível resolver esse impasse entre veículos e jornalistas?

Antonio Biondi - A independência do jornalista não deve ser vista como uma possibilidade, mas como uma opção, uma necessidade. E isso era assim ontem, é assim hoje. O Biondi pagou caro por esta opção, perdeu muitos empregos, foi muitas vezes boicotado por veículos onde trabalhou, por buscar se manter independente. E este desafio, que ele enfrentou ao longo de 44 anos de jornalismo, entre as décadas de 1950 e 1990, segue sendo um desafio a ser enfrentado pelos jornalistas hoje. Não tenho uma fórmula para resolver esta questão, cada veículo possui sua orientação, seus interesses, cada pessoa também. Mas certamente isso pode ser mediado. Certamente, há graus diferentes de contradição entre o que uma pessoa acredita e o que ela escreve em seu trabalho. Uma coisa é o jornalista simpatizar com um partido e ter de noticiar que um integrante da sigla é corrupto. Outra é o jornalista ser obrigado a mentir a fim de atender a uma ordem do editor ou aos interesses do veículo. Isso é inaceitável. Penso que o jornalista pode tanto defender seu direito de se recusar a escrever sobre determinado assunto, por exemplo, por conflito de interesses, quanto pode pedir demissão quando se vir obrigado a faltar com o público, com a verdade, com a ética.

Um caminho importante para diminuir a solidão do jornalista nestas situações é a democratização dos veículos, a democratização da comunicação. Quanto mais transparente for o veículo, quanto mais a sociedade souber como aquele espaço — assim como a área em geral funciona —, menos oprimido o profissional se verá, e mais fidedignas serão as informações. Por outro lado, a democratização interna dos veículos, com diálogo, abertura, construção coletiva da informação, pode ajudar muito também. E, para quem acha que isso é impossível na grande mídia, ou na mídia livre, eu

digo que é, sim, possível. E sugiro a leitura do livro *Vozes da democracia*,⁵ lançado em 2006 pelo *Intervozes*. No livro, uma das histórias contadas sobre o papel da comunicação na redemocratização do país relata a trajetória do jornal *Diário da Manhã*, de Goiânia, nos idos de 1983. A reportagem, feita por dois grandes amigos comunicadores, Aloisio Milani⁶ e Rodrigo Savazoni,⁷ demonstra como a democratização do jornal, interna e externamente, provocou uma verdadeira revolução no veículo, nos jornalistas que o faziam, na cidade. A iniciativa foi capitaneada pelo notável jornalista Washington Novaes,⁸ contando também com a participação do Biondi, do Marco Antonio Coelho,⁹ do Lauro Veiga Filho.¹⁰ Durou pouco, mas fica para sempre como um exemplo a ser estudado, aperfeiçoado, seguido.

5 O livro *Vozes da democracia* resgata experiências de veículos e profissionais de comunicação na resistência à ditadura militar. A obra foi publicada pelo *Intervozes* em parceria com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Os textos incluem depoimentos, entrevistas e relatos de ações de resistência coletadas em todas as regiões do país, de Porto Alegre ao Vale do Juruá, no Acre. A obra foi licenciada pelo Creative Commons, o que permitirá seu download pela Internet, em <http://www.intervozes.org.br/publicacoes/livros/vozes/>, e o uso livre dos textos ou da íntegra do livro para fins não comerciais. (Nota da IHU On-Line)

6 **Aloisio Milani:** Jornalista investigativo brasileiro. Atualmente, integra a equipe da Repórter Brasil para pesquisar a produção de biocombustíveis no país. Após quatro viagens para Porto Príncipe, prepara um livro-reportagem sobre a situação político-social do Haiti, país mais pobre das Américas. (Nota da IHU On-Line)

7 **Rodrigo Savazoni:** Jornalista brasileiro. É editor-chefe da Agência Brasil, agência de notícias do Governo, e integrante do *Intervozes*. (Nota da IHU On-Line)

8 Washington Novaes já concedeu várias entrevistas à *IHU On-Line*. Confira na nossa página eletrônica www.unisinos.br/ihu/. (Nota da IHU On-Line)

9 **Marco Antônio Tavares Coelho** é jornalista e editor-executivo da revista *Estudos Avançados*, do Instituto de Estudos Avançados da USP. É autor, entre outros livros, de *Herança de um sonho - As memórias de um comunista* (São Paulo: Record, 2000) e *O rio das velhas - Memória e desafios* (São Paulo: Paz e Terra, 2002). (Nota da IHU On-Line)

10 **Lauro Veiga Filho:** Jornalista brasileiro. Atualmente, trabalha no jornal *Brasil de Fato*, lançado no Fórum Social Mundial de Porto Alegre (RS), em 2003. (Nota da IHU On-Line)

A relação entre governo e empresas de comunicação, muitas vezes de dependência mútua, precisa ser norteada pelos interesses públicos, não pelos interesses de ocasião

IHU On-Line - Biondi dizia ainda que a grande imprensa tinha um pacto fechado com o governo. O senhor concorda com esse posicionamento? Que pacto seria esse?

Antonio Biondi - Se a fala a que você se refere diz respeito ao período dos governos Fernando Henrique Cardoso, realmente a avaliação do Biondi me parece correta. Difícil termos visto – e espero que seja difícil que vejamos – outros períodos em que os interesses das grandes empresas de comunicação tenham se ajustado tanto às políticas implantadas pelo governo FHC. A agenda neoliberal, os ataques ao Estado, aos servidores públicos, aos movimentos sociais, as privatizações, o ataque aos mais pobres, o favorecimento aos amigos do rei. Tudo foi feito de forma impiedosa pelo governo tucano, e o resultado foi desastroso. O país ficou mais pobre, nossa moeda quebrou, a sociedade perdeu esperanças, o sonho de um grande Brasil foi ficando para trás. E a complacência dos veículos da grande imprensa foi tamanha que fica difícil olharmos para o período e não vermos um trabalho conjunto entre governo e veículos, uma ação orquestrada de defesa de uma agenda política comum. Para isso, os veículos não se furtaram a omitir informações, a deturpar os fatos, a mentir. O livro *O Brasil privatizado* (São Paulo: Perseu Abramo, 1999), de Aloysio Biondi, traz casos exemplares neste sentido, demonstrando como imprensa e governo atuaram em total sintonia.

IHU On-Line - Qual é a maior dificuldade de fazer um jornalismo sério e preocupado com questões relevantes para o debate social, no Brasil? A mídia brasileira se tornou corporativa ou ela sempre foi assim, desde os

anos da conquista da “liberdade de imprensa”?

Antonio Biondi - As dificuldades são muitas e os desafios, enormes. Penso que a grande mídia privada sempre defendeu seus interesses e os da classe que ela representa, mas o interessante do período mais recente é que a população começou a se colocar de forma mais efetiva contrária a uma imprensa manipuladora. Isso se deve tanto ao aumento da circulação das informações, à conquista da democracia fortalecida pelas novas tecnologias, quanto ao avanço da conscientização dos cidadãos. Deve-se, também, aos movimentos que lutam para transformar este campo. Agora, cada grupo de mídia sempre terá seus interesses. Isso é até legítimo, mas é preciso e correto que eles fiquem claros para a população. A relação entre governo e empresas de comunicação, muitas vezes de dependência mútua, precisa ser norteada pelos interesses públicos, não pelos interesses de ocasião. O atual governo não enfrentou efetivamente esta questão ainda, de democratizar o setor em seus recursos, em sua legislação, ao que parece temendo a reação dos grandes grupos de comunicação. Houve alguns avanços importantes, como a criação da TV Pública (a Empresa Brasil de Comunicação) e na linha de trabalho adotada pela Radiobrás, especialmente na Agência Brasil. Também tivemos retrocessos, como no caso da criminalização crescente às rádios comunitárias. Ou seja, a democratização das comunicações é um desafio ainda completamente presente, e em tempo de ser enfrentado. Quem sabe, a realização em 2008 ou 2009 da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, defendida pela sociedade civil, possa nos ajudar neste sentido.

Agência Repórter Social: questão social é caso de imprensa

“Não é do interesse do poder das elites que a sociedade civil organizada seja valorizada e empoderada”, afirma Alceu Luís Castilhos, editor-executivo da Agência Repórter Social

POR ALESSANDRA BARROS

Conforme Alceu Luís Castilhos, em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, vale a pena lutar para vencer as inúmeras dificuldades enfrentadas para manter o jornalismo social. Castilhos destaca que a grande imprensa ignora os temas sociais. E, segundo ele, a liberdade de imprensa fica ameaçada quando políticos são proprietários de veículos de comunicação social. Segundo pesquisa realizada pela Agência Repórter Social (WWW.reportersocial.com.br), 80 parlamentares federais controlam rádio ou televisão. Isso significa dizer que um terço dos senadores e mais de 10% dos deputados eleitos para o quadriênio 2007-2010 controlam rádios ou televisões.

Alceu Luís Castilho trabalhou no *O Estado de S. Paulo* (1994-2001), e na *Agência Reuters*, entre outros veículos, em São Paulo e Brasília. Tem especialização em Jornalismo, pela Universidade de Navarra (IV Master em Jornalismo para Editores, 2000), é vencedor do Prêmio Fiat Allis de Jornalismo Econômico (1999), recebeu Menção Honrosa no Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos (2004), conquistou 3º lugar no Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo (2004), o Prêmio Andifes de Jornalismo (2006), título de Jornalista Amigo da Criança (2007), e foi finalista do Prêmio Esso de Jornalismo, categoria Interior (2007). Também participou da equipe de imprensa do III Fórum Social Mundial (2003).

IHU On-Line - O Repórter Social tem intenção de noticiar acontecimentos que muitas vezes não têm espaço na grande imprensa? Quais são os motivos que esses temas, tão importantes, não são abordados como deveriam na grande imprensa?

Alceu Luís Castilhos - Entre as editorias elencadas no portal, constam temas como comunicação, cultura, direitos humanos, economia, educação, gênero, índios, infância, meio ambiente, miséria, negros, saúde, terra, teto e trabalho. Existem quatro pilares definidos: governo, movimentos sociais, empresas e universidades. Tentamos buscar equilíbrio entre o governamental, o privado e os movimentos sociais. O portal pretende valorizar temas que não aparecem na imprensa ou são mal dados. A cobertura de educação, por exemplo, pode ser volumosa nos jornais, mas está longe de ser boa. Então, damos vazão a alguns aspectos não divulgados pela grande imprensa.

Quanto aos motivos da não-divulgação, está o fato de a mídia corporativa ter seus interesses e prioridades. Algumas delas sobre o poder econômico e político. No caso do político, particularmente, os acontecimentos de Brasília. Num estado como São Paulo, por exemplo, a grande imprensa cobre de forma deficiente o Governo Estadual e a Assembleia Legislativa. O governo José Serra, que é presidenciável, em um estado de 40 milhões de habitantes, não tem espaço da imprensa como deveria. Quando se diz que a grande imprensa cobre o poder, é uma realidade. Cobre-se poder político e a cena brasiliense, e determinada cena brasiliense, como a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Banco Central, o Ministério da Fazenda. Tanto o poder econômico é importante, que a editoria de economia é uma das editorias mais valorizadas dentro das redações, com cadernos específicos, como os de área agrícola e de imóveis. Trata-se da edi-

toria com maior número de profissionais nas redações dos jornais. Determinados temas sociais, ou quase todos eles, revelam interesses distintos das grandes empresas e corporações. E não estou falando apenas das jornalísticas. No momento em que surge o tema do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), há uma reação, pois ele não é simpático às empresas ligadas aos grandes empresários, ao agronegócio, por exemplo, que anunciam no jornal. Existe um motivo comercial por trás do pouco espaço destinado para esses temas. Em alguns casos, esse motivo nem sequer aparece. Quando aparece, é de modo enviesado, pois determinados temas sociais são ignorados na grande imprensa. Isso se deve à questão político-econômica, que coloca de lado os sistemas sociais. Não é do interesse do poder das elites que a sociedade civil organizada seja valorizada e empoderada.

“A internet é um campo que permite a manifestação, mas ainda não há uma mobilização maior. No exterior, o conceito de mídia independente está mais divulgado”

IHU On-Line - Qual é a sua opinião sobre a mídia livre e alternativa? Ela é possível? O senhor acredita que o conteúdo do Repórter Social segue modelo de uma mídia livre e independente?

Alceu Luís Castilhos - Ela é possível e necessária, mas tem os seus problemas. É preciso considerar que estamos num país em que as pessoas da sociedade civil mais organizada não têm dinheiro. Não participo da idéia de que ninguém está fazendo nada ou de que ninguém está mobilizado, pois tem muita gente atuando diariamente, nos movimentos sociais: indígenas, sem-terra, sem teto etc. Porém, essas pessoas não possuem poder econômico. A internet é um campo que permite a manifestação, mas ainda não há uma mobilização maior. No exterior, o conceito de mídia independente está mais divulgado. Aqui, temos um governo de origem de esquerda, que trava a produção de um jornalismo combativo, mesmo que independente. Existem muitos profissionais vinculados ao poder. Principalmente de classe média, são poucas as pessoas com o mínimo de formação para atuar em uma imprensa independente. No Brasil, existe o problema da esquerda ter virado centro. Estou pesquisando sobre globalização, um dos temas da comunicação nos sites do mundo inteiro, pois existe uma mobilização da classe média. Temos movimentos atuantes no Brasil, mas com baixa formação cultural para ter mídia e principalmente dinheiro, além de tempo extra, para fazer um jornalismo atuante.

IHU On-Line - Como é manter um site independente? É possível um jornalista sobreviver apenas desse veículo? Como fica o retorno financeiro nesse caso?

Alceu Luís Castilhos - É muito difícil.

Estamos passando por um momento complicado, como praticamente todas as agências e veículos alternativos estão. A *Carta Maior* fechou a parte de produção de notícias. A Adital, agência de notícias ligada à Igreja Católica, também. As dificuldades são enormes para conseguir recursos e vender material. Não é o caminho mais convidativo para quem quer uma segurança financeira. Claro que é possível acumular funções. Eu faço isso.

Impacto da iniciativa

Minha identidade jornalística está hoje vinculada à agência. Passei mais de seis anos no *Estadão* e não é possível para comparar a repercussão do meu trabalho atual com o da época. Hoje é muito maior. Não em termos de centenas de leitores, mas, por exemplo, no *Estadão* eu era mais um, e descartável. Há quatro anos, estou falando de determinados temas de modo recorrente e com poder e liberdade para tratar deles. Com isso, acabo atingido alguns públicos específicos. Estou indo para Curitiba, no Paraná, para falar sobre mídia e trabalho infantil, fruto do trabalho da agência. Na semana que vem, me sondaram para falar na Câmara dos Deputados sobre o mesmo tema. Não teria essa chance num grande jornal. Não existe setorista de infância. Quem cobre esses assuntos é o repórter de geral ou de cidade, entre outros tantos temas considerados mais importantes. No momento em que você define uma especialização na área social, acaba voltando aos temas que são absolutamente estruturais em um país que tem milhões de crianças que trabalham, são exploradas e abusadas sexualmente. A sociedade tapa os olhos para determinados problemas. Infelizmente, a questão social ganha espaço ainda na imprensa alternativa, com todas as suas dificuldades.

IHU On-Line - A mídia livre tem atuado, principalmente através da internet, dos blogs. Como o portal trabalha essa liberdade de expressão? O senhor considera os blogs, assim como alguns sites, importantes como canais de expressão independentes?

Alceu Luís Castilhos - É claro que são importantes. Os blogs, por exemplo. Alguns têm pouca leitura, mas espero que conquistem milhares de leitores, o que não é a realidade hoje. No geral, os mais lidos são os que estão dependentes dos grandes veículos. Valorizamos obviamente o direito à comunicação, que é uma das nossas editoriais e prioridades. Aliás, temos hoje um movimento organizado de ativistas, jornalistas e estudantes envolvidos no tema do Direito à Comunicação. O que fortalece esse movimento não é tanto um blog ou agência específica, mas a rede. A força desse movimento, praticamente de contracultura, está nessa articulação dessa grande rede, onde cada indivíduo, autor e veículo têm suas características e particularidades e conseguem valorizar determinado tema. Ela é significativa diante da grande mídia e corporações de comunicação. Não estamos em um nível no Brasil como nos Estados Unidos e na Europa, com figuras independentes que ganham imenso destaque, como a jornalista canadense, Naomi Klein,¹ autora do livro *Sem Logo*, que tem uma visibilidade muito grande. E, mesmo como jornalista independente, Naomi consegue espaço na grande mídia que não pode ignorar esse movimento da sociedade civil sobre as questões sociais. Aqui no Brasil é muito diferente. Existem jornalistas que tentam fazer matérias nesse sentido, mas a liberda-

¹ **Naomi Klein:** jornalista, escritora e ativista política. Nascida no Canadá, Klein iniciou sua carreira com contribuições ao jornal *The Varsity*, na Universidade de Toronto, discorrendo sobre o feminismo. Em 2000 publicou *No logo* (em português *Sem logo - A tirania das marcas em um planeta vendido*) que para muitos se tornou o manifesto anti-globalização. O polêmico livro apresenta os efeitos negativos da cultura consumista e as pressões impostas pelas grandes corporações sobre seus trabalhadores. Uma das grandes marcas criticadas por Klein é a Nike, acusada de torturar trabalhadores para que cumpram metas de produção, no sudeste da Ásia. (Nota da IHU On-Line)

de para tocar em tais temas dentro da grande imprensa é tolhida. Esse espaço de debate sobre os temas sociais na grande mídia tornou-se menor ainda do fim dos anos 1990 para cá.

IHU On-Line - Quanto à demissão do Mário Magalhães da *Folha*, qual é a sua avaliação sobre esse fato? Trata-se de um retrocesso?

Alceu Luís Castilhos - Essa demissão foi inaceitável, do ponto de vista empresarial, inclusive. Se o argumento da *Folha de S. Paulo* for verdadeiro, de que a crítica diária na internet estava sendo copiada, foi uma justificativa esdrúxula, como o próprio Mario Magalhães chegou a comentar. É um tiro no próprio pé de um jornal que se consagrou nos anos 1980 em cima de demandas da esquerda brasileira e que tem grande número de leitores potenciais. A *Folha* poderia ter se afirmado melhor com o velho discurso da independência. Ela perde credibilidade junto aos grupos mais progressistas. Não vejo esperteza empresarial nisso. Quanto à figura do ombudsman, nunca foi um espaço de liberdade de extrema crítica. Alguns foram até conservadores e preocupados em manter o padrão *Folha* de qualidade, prezando pelos grandes valores do jornalismo e verdadeiras aberrações que há na mídia brasileira.

IHU On-Line - O senhor acredita que a imprensa consegue ser apartidária? Como vencer interesses corporativos sem cair na manipulação da informação?

Alceu Luís Castilhos - Espero que haja imprensa apartidária, pois o mundo está muito longe de ser regido por partidos e governos. A democracia vai além do sistema representativo. No momento em que ela se torna partidária, empobrece. A visão de mundo fica restrita a apenas a um elemento da sociedade que está, nas últimas décadas, enfraquecida com a globalização, com seus interesses corporativos. O desafio da independência não é em relação a partidos, mas em relação ao poder econômico. No nível local, temos grande dependência dos veículos em relação ao governo. No nível nacional, é bastante possível ser indepen-

“Quem tem mais poder aquisitivo desfruta de maior liberdade de expressão, seja individualmente ou contratando uma redação, ou um grande conglomerado de comunicação”

dente em relação ao governo.

IHU On-Line - Como o senhor avalia o conceito “liberdade de imprensa”?

Alceu Luís Castilhos - O conceito de liberdade de imprensa é utilizado de forma muito cínica pelos detentores dos meios de comunicação, apenas para satisfazer seus interesses. As discussões do Conselho Federal de Jornalismo evidenciam esse comportamento. Usam como pretexto a defesa da liberdade de imprensa, quando, na verdade, defendem liberdade empresarial e todas as distorções do sistema de comunicação brasileiro. Os políticos são donos dos meios de comunicação. E isso está longe de ser um sistema democrático sério. A liberdade de imprensa é prejudicada pela questão financeira, por enfrentar dificuldades. Onde está o dinheiro? A internet facilita, mas é preciso ter no mínimo tempo pra isso. É um conceito extremamente relativo porque a sociedade civil é dividida em classes. Quem tem mais poder aquisitivo desfruta de maior liberdade de expressão, seja individualmente ou contratando uma redação, ou um grande conglomerado de comunicação. Boa parte dos jornalistas da grande mídia está com suas colunas por não discordarem do que pensam os donos dos veículos.

IHU On-Line - Quais são os projetos do Repórter Social daqui para frente?

Alceu Luís Castilhos - Apesar das di-

ficultades, queremos nos consolidar como um veículo especializado nesses termos. Não só como veículo ou site, mas como fornecedores de conteúdo dentro da nossa temática. É preciso ter paciência e entender o processo para que possamos conquistar sustentabilidade financeira. Enquanto isso, a sociedade civil se organiza através dos baques que sofre com a globalização, com um governo de esquerda cada vez mais ao centro. Não ganhamos muito dinheiro, mas a Agência, em quatro anos de existência, acumula cinco prêmios de jornalismo. Há um reconhecimento nesse sentido. Dentro do pouco que podemos fazer, parece que foi muito bem feito. Ela consegue se tornar conhecida pelos integrantes dos movimentos sociais, dos sem-terra, alguns empresários como do Instituto Ethos. Futuramente, pretendemos lançar livros, o que ainda não fizemos por questões financeiras.

Nas palestras para estudantes nas universidades, percebemos o interesse deles em relação ao jornalismo social. Eu e o Fábio de Castro somos convidados a fazê-las, até pela falta de referência sobre jornalismo social. Os estudantes têm interesse porque percebem o *status quo* da mídia corporativa. Cabe a eles descobrirem, até pelos novos formatos eletrônicos, como furar esse cerco. Entretanto, é importante dizer que é possível fazer jornalismo social na grande imprensa. É preciso, para tanto, comprar essa briga nas redações. Os alunos não podem seguir indiferentes às questões do trabalho escravo, das desigualdades, da fome, da miséria. Acabam sendo cúmplices, cínicos e indiferentes com o universo social.

REPÓRTER SOCIAL

O site surgiu em agosto de 2003. E, em abril de 2004, se consolidou com agência de notícias. Atualmente, o veículo produz materiais e vende para outros meios de comunicação.

O site tem como um de seus corações uma agenda social, cronológica, a Agenda Cidadania, sempre de olho no que vai acontecer no país nas próximas horas e dias.

A linha editorial dá ênfase na área social com a característica de buscar objetividade em primeiro lugar. O portal é destinado a estudantes, professores, jornalistas e integrantes de ONGs.

Mídia livre e grande imprensa

Para o jornalista e blogueiro Ricardo Noblat, “jornalismo se faz em tempo integral e consome a maior parte da energia de quem o exerce”

POR PATRICIA FACHIN

“**N**ão faço essa distinção entre o que você chama de mídia livre e grande imprensa. A maioria dos blogs de notícias, por exemplo, está a serviço de alguma causa, algum partido, uma ideologia.” A afirmação é de Ricardo Noblat, jornalista, em entrevista concedida à revista **IHU On-Line**. Ricardo Noblat, atualmente, mantém um blog no portal do jornal *O Globo*. Foi editor-chefe do *Correio Braziliense* e da sucursal do *Jornal do Brasil*, em Brasília. É formado em Jornalismo, pela Universidade Católica de Pernambuco. Trabalhou como repórter dos jornais *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio* e das sucursais do *Jornal do Brasil* e da revista *Veja* em Recife. Noblat também foi chefe de redação da sucursal da revista *Manchete*. Chefiou a sucursal da revista *Veja* durante dois anos, em Salvador. Depois foi editor-assistente da mesma revista em São Paulo. Em Brasília desde 1982, foi editor regional da sucursal do *Jornal do Brasil*. Trabalhou novamente como repórter da sucursal de *O Globo*, em 1989, de onde foi chefiar a sucursal da revista *IstoÉ*. Assumiu em 1994 a direção de redação do jornal *Correio Braziliense*, permanecendo no cargo até novembro de 2002. Em março de 2004, criou o *Blog do Noblat*, hospedado no site do jornal *O Globo*. Ricardo Noblat também é autor dos livros *A arte de fazer um jornal diário* (Rio de Janeiro Contexto, 2002) e *O que é ser jornalista* (Rio de Janeiro: Record, 2004). Eis a breve entrevista que o jornalista concedeu por e-mail para a **IHU On-Line**.

IHU On-Line - É possível um jornalista se manter na grande imprensa e defender um posicionamento pessoal, profissional e moral contrário ao da instituição? Quais são os limites do profissional nesse sentido?
Ricardo Noblat - Possível é. E muitos conseguem. Mas não é fácil. Nem muito comum.

IHU On-Line - Os veículos da imprensa tradicional conseguem manter a independência proposta pelo *Correio Braziliense* entre a década de 1990 e 2002?
Ricardo Noblat - Acho que alguns conseguem, sim. E não considero o *Correio* daquela fase muito mais independente do que alguns outros poucos jornais que temos hoje.

IHU On-Line - Muitos jornalistas que trabalharam na grande imprensa hoje mantêm blogs independentes. A que o senhor atribuiu essa migração? Os jornalistas encontraram na internet a possibilidade de dizer tudo que tinham vontade e não podiam fazer nos veículos tradicionais?
Ricardo Noblat - Essa é uma hipótese. Mas existem outras. Por exemplo: a internet está se tornando um meio atraente para se fazer jornalismo.

IHU On-Line - Como o senhor avalia a atuação de seu blog? Ele consegue ser independente, mesmo hospedado no site *Globo.com*? Ele já precisou se adequar as opiniões da instituição?
Ricardo Noblat - Não precisou se adequar nem sofreu censura. Ele passou in-

cólume pelo IG e pelo Estadão, portais que também o hospedaram. Não tenho do que me queixar a esse respeito.

IHU On-Line - Como os blogs estão contribuindo para divulgar as irregularidades da sociedade, orientando o leitor? Esse tipo de mídia está contribuindo para o debate social ou em geral eles se detêm a discutir ideologias pessoais?
Ricardo Noblat - Há blogs para tudo. Assim como a mídia tradicional, eles também espelham a ideologia dos seus titulares.

IHU On-Line - A mídia livre atua, principalmente através da internet, dos blogs. O mercado eletrônico cresceu entre os principais meios de comu-

“Há blogs para tudo. Assim como a mídia tradicional, eles também espelham a ideologia dos seus titulares”

nicação, mas, nos últimos anos, percebe-se um aumento no número de blogs hospedados nesses veículos. O senhor percebe uma “concorrência” nesse sentido, entre mídia livre e grande imprensa? Os meios de comunicação tradicionais estão, de alguma maneira, tentando se precaver? Ricardo Noblat - Não faço essa distinção entre o que você chama de mídia livre e grande imprensa. A maioria dos blogs de notícias, por exemplo, está a serviço de alguma causa, algum partido, uma ideologia.

IHU On-Line - No seu livro *O que é ser jornalista*, o senhor diz que o profissional há de se tornar refém de suas leis universais e, até certo ponto, desumanas. Mas, antes de ser jornalista, o profissional não deve ser visto como ser humano, que também reivindica outros desejos? Ricardo Noblat - Sim. O que esse trecho citado por você quer dizer é o seguinte: jornalismo se faz em tempo integral. Notícia não tem hora para acontecer. O aspirante a jornalista deve entender isso. Assim como o aspirante a médico, por exemplo. Se feito com paixão, o jornalismo consome a maior parte da energia de quem o exerce.

IHU On-Line - Ainda no mesmo livro, o senhor diz que nada lhe deu mais prazer nos anos 1980 do que expor as falhas e defeitos da direita e da esquerda, do governo e da oposição, reconhecendo-lhes méritos vez por outra. O senhor recebe críticas da direita e da esquerda quando as critica. Esse deve ser o papel do jornalista? Ele deve ser apartidário? Ricardo Noblat - Deve se esforçar muito para ser. Não existe isenção absoluta – como não existe verdade absoluta. Mas o jornalista deve perseguir as duas utopias.

Não-fatos: notícias invisíveis

Para o jornalista Sergio Gomes, a pauta da imprensa brasileira está recheada de notícias dispensáveis

POR PATRICIA FACHIN

“**J**ornalistas devem estar atentos aos fatos relevantes e trabalhar para que cheguem ao conhecimento da sociedade.” A opinião é do jornalista Sergio Gomes. Em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, ao avaliar as informações divulgadas pela grande imprensa, ele comenta que a mídia está repleta de “não-fatos”. Para ilustrar, lembra exemplos como a não divulgação de vitórias das organizações populares no âmbito do Poder Legislativo, que “dependem na seqüência da sanção do Executivo.”

Jornalista formado pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), em 1973, Sergio Gomes foi professor das disciplinas de Jornalismo Sindical, Comunitário e Popular mesma instituição de 1986 a 1992. Um dos fundadores da *Oboré Editorial* e seu diretor de 1978 a 1994, com atuação na área da imprensa sindical, é também coordenador de oficinas, cursos e seminários de jornalismo comunitário.

IHU On-Line - O senhor diz que a grande imprensa trata de “não fatos”. Pode nos explicar melhor essa idéia?

Sergio Gomes - Digo que a grande imprensa considera uma série de eventos, manifestações, situações, acontecimentos como não-fatos. Não os registra, não os considera como relevantes, não lhes dá nenhuma atenção. É como se não existissem. E isso tem constituído um padrão de conduta, pois tem sido assim, sistematicamente.

IHU On-Line - E que notícias a grande imprensa esconde? Por quê?

Sergio Gomes - Não noticiam o que se passa nos ambientes de trabalho mesmo quando milhares de trabalhadores, todos os anos, venham a morrer devido às condições oferecidas pelos proprietários desses ambientes de trabalho. Não noticiam as políticas públicas voltadas para essa questão e para outras que estão inscritas na alma e na letra da Constituição de 88.

Não divulgam quando entidades e organizações populares conseguem alguma vitória no âmbito do Poder Legislativo (Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas, Câmara dos Deputados, Senado) e que dependem na seqüência, como é natural, da sanção do Executivo.

Não informam as iniciativas que

envolvam movimentos populares e universidades públicas. Não noticiam fatos que possam estabelecer o nexo entre a luta sindical (maiores salários), as políticas públicas na área social e a recuperação do poder de compra da população que explica, por sua vez, a retomada do crescimento.

IHU On-Line - A mídia está perdendo sua responsabilidade social? Qual deve ser o comprometimento e a responsabilidade do jornalista com a sociedade, enquanto comunicador?

Sergio Gomes - O jornalista deve estar atento aos fatos, aos fatos relevantes e trabalhar para que cheguem ao conhecimento da sociedade. Quanto ao fato de a mídia estar perdendo sua responsabilidade social, uma resposta precisa teria que dispor de algum termo de comparação (hoje e 10 ou 20 anos atrás; como as coisas vêm funcionando por aqui e como se dão em outros países). Para avaliação criteriosa, precisaríamos comparar estado por estado, região por região.

IHU On-Line - Muitos jornalistas que atuam na grande imprensa são taxados como irresponsáveis, manipuladores. Essas características

devem ser atribuídas a eles ou aos veículos? É correto transferir a culpa para o profissional, mesmo que ele atue em determinado veículo por questões não ideológicas?

Sergio Gomes - Há jornalistas e jornalistas. Hemingway¹ dizia que coragem é a dignidade sob pressão. Paulo Pontes (o teatrólogo que escreveu *Gota d'água* com Chico Buarque) afirmava que, quanto maior o número de opções, mais fiel é a pessoa a seus princípios; quanto menos opções, mais elásticos serão seus princípios. Cada jornalista deve avaliar quanto da sua dignidade está disposto a entregar às circunstâncias. E sentar no banco dos réus para ser julgado pela opinião dos outros ao longo do tempo. Como todos, aliás.

IHU On-Line - Como o senhor avalia as iniciativas da grande imprensa de criar blogs para os jornalistas? Essa iniciativa pode ser vista como uma atitude para concorrer com a mídia alternativa, já que essa consegue se disseminar muito mais através da internet?

Sergio Gomes - Acompanhar o que o Luis Nassif² vem escrevendo sobre a *Veja*³ talvez seja a melhor resposta que eu poderia dar a quem quer entender em profundidade o sentido dessa pergunta.

IHU On-Line - Quais são as maiores dificuldades para criar e manter mídias alternativas? Que medidas são fundamentais para democratizar os meios de comunicação?

Sergio Gomes - Para criar, contar com um grupo de pessoas competentes e leais entre si. Para manter, contar com recursos de fontes legítimas, gestão profissional e não perder de vista o interesse público. Para democratizar, é fundamental que o assunto seja tratado, pelo menos, em todos os meios que dizem estar ao lado da democratização da comunicação.

1 Ernest Miller Hemingway (1899-1961): escritor dos Estados Unidos da América. Trabalhou como correspondente de guerra em Madrid durante a Guerra Civil Espanhola. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, se instalou em Cuba. (Nota da IHU On-Line)

2 Luis Nassif (1950): jornalista brasileiro. Foi colunista e membro do conselho editorial da *Folha de S. Paulo*. Seu blog pessoal é "Luis Nassif Online" e pode ser acessado em www.projetobr.com.br/web/blog/5 (Nota da IHU On-Line)

3 O entrevistado se refere a uma série de artigos elaborados por Nassif, em que qualifica a revista *Veja* como o maior fenômeno de anti-jornalismo dos últimos anos. (Nota da IHU On-Line)

Concentração de poder: “um fenômeno enraizado na estrutura da sociedade brasileira”

“É impossível falar a sério sobre a democratização do Estado brasileiro sem falar no problema da concentração da mídia”, considera Joaquim Palhares

POR PATRICIA FACHIN

Incentivador do encontro “Por uma mídia livre”, Joaquim Palhares, diretor da agência de notícias *Carta Maior*, diz que a proposta da discussão é construir um movimento que respeite “a opinião e as particularidades do trabalho de cada um, partindo dos pontos de acordo e visando consensos mais amplos”. Ao comentar a independência dos veículos alternativos, em entrevista à **IHU On-Line**, por telefone, ele afirma que a “independência total é um mito”, e que a mídia livre não pode estar subordinada aos interesses do grande capital.

Ao comentar a necessidade de democratizar o Estado brasileiro, Palhares alega que este é “um fenômeno enraizado na estrutura de poder da sociedade brasileira, da qual, obviamente, a mídia faz parte”. Neste contexto, conclui, “falar em regulação significa falar, entre outras coisas, em desconcentração de poder, em democratização dos espaços públicos” e reconhecer a “crescente apropriação do público pelo privado”.

Joaquim Palhares é formado em Direito. Fundou a *Carta Maior* para cobrir o primeiro Fórum Social Mundial, ao imaginar que a grande imprensa não participaria do evento.

IHU On-Line - Ao sugerir a construção de um portal da mídia livre brasileira, o senhor é movido por algumas argumentações, entre elas a de que no Brasil consolidou uma lógica circular que procura modelar a opinião pública. A mídia livre ou alternativa corre o risco de cometer esse mesmo erro que o senhor aponta nos monopólios? Que princípios básicos devem reger essa mídia para que ela não se iguale, mais tarde, à grande imprensa?

Joaquim Palhares - Não se trata apenas de um problema de lógica circular. Vamos precisar melhor essa questão. Um dos problemas centrais que devemos enfrentar é a concentração dos meios de comunicação no Brasil nas mãos de umas poucas famílias. É impossível falar a sério sobre a democratização do Estado brasileiro sem falar no problema da concentração da mídia. Essa concentração fere um dos direitos básicos reconhecidos na nossa Cons-

DIVULGAÇÃO



“Enquanto a dimensão econômica dos grandes grupos empresariais que comandam hoje a comunicação no mundo não for seriamente questionada, inclusive do ponto de vista jurídico, o debate sobre a democratização do Estado e da vida política dificilmente avançará”

tituição: o direito à informação. Fere porque a concentração dos meios de comunicação nas mãos de umas poucas empresas priva a sociedade da possibilidade de pluralidade de informações e transforma a própria informação em uma mercadoria.

Sozinha, a Rede Globo detém mais da metade do mercado televisivo brasileiro. Além do imenso poderio da Globo, outros seis grandes grupos regionais se destacam. A família Sirotsky comanda a Rede Brasil Sul de Comunicações, controlando o mercado midiático no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. A família Jereissati está presente no Ceará e em Alagoas. A família Daou tem grande influência no Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. A mídia da Bahia pertence à família Magalhães. São esses grupos que definem hoje o que é produzido e divulgado nos meios de comunicação.

IHU On-Line - Como garantir a diversidade midiática, sem unificar pensamentos? Essa proposta pode gerar conflito entre blogs e sites, uma vez que um veículo não concorda com a posição do outro? Eles podem utilizar-se dos meios de comunicação para traçar discussões ideológicas? O

que isso acrescenta quando se trata de qualidade de informação?

Joaquim Palhares - Creio que não há nenhuma fórmula pronta ou receita mágica para isso. Trata-se de um exercício permanente de respeito ao outro. A idéia básica é criar um espaço nacional de encontro, debates e articulação para a modificação do atual cenário midiático brasileiro, marcado por um crescente processo de concentração e de apropriação de bens e serviços públicos por uns poucos grandes grupos privados. A proposta é que esse movimento seja construído passo a passo, respeitando a opinião e as particularidades do trabalho de cada um, partindo dos pontos de acordo e visando consensos mais amplos. Conflitos sempre irão surgir. Fazem parte da vida. A capacidade de resolvê-los também.

IHU On-Line - Qual deve ser o papel dessa mídia livre? Um meio de comunicação pode ser completamente independente?

Joaquim Palhares - Há diversas visões sobre esse ponto. Há aqueles que vêm a criação de uma mídia alternativa a que aí está como uma tarefa central. Outros preferem a denominação “in-

dependente” para qualificar o objetivo a ser buscado. E outros ainda preferem não se enquadrar em nenhuma dessas categorias. Penso que a independência total é um mito. Todos nós temos nossas convicções e ligações. A independência que devemos perseguir é não subordinar o que dizemos e fazemos aos interesses de grandes grupos econômicos, aos interesses do grande capital.

IHU On-Line - O senhor critica um sistema de informação regido pela lógica do mercado. Qual é a sua sugestão para a auto-regular o mercado? Essa medida resolverá o problema da monopolização da imprensa?

Joaquim Palhares - Há um tema mais abrangente aí. Esse tema é a necessidade de democratização do Estado brasileiro. Falar em necessidade aqui significa reconhecer que há um problema crônico no Brasil (e no mundo de um modo geral), que vem se agravando nos últimos anos: a crescente apropriação do público pelo privado.

Trata-se de um fenômeno enraizado na estrutura de poder da sociedade brasileira, da qual, obviamente, a mídia faz parte.

Neste contexto, falar em regulação significa falar, entre outras coisas, em desconcentração de poder, em democratização dos espaços públicos. Enquanto a dimensão econômica dos grandes grupos empresariais que comandam hoje a comunicação no mundo não for seriamente questionada, inclusive do ponto de vista jurídico, o debate sobre a democratização do Estado e da vida política dificilmente avançará.

IHU On-Line - Qual é a sua expectativa sobre os encontros do movimento por uma mídia livre?

Joaquim Palhares - A expectativa é ampliar o espaço de debates sobre esses temas e tentar construir iniciativas conjuntas, respeitando o trabalho de cada um, a partir dos pontos em torno dos quais temos acordo. E há um grande acordo em torno de um ponto: é preciso democratizar a produção e o sistema de divulgação de informações no Brasil.

“Há um grande acordo em torno de um ponto: é preciso democratizar a produção e o sistema de divulgação de informações no Brasil”

As brechas da mídia livre na academia

A repórter Greyce Vargas ouviu o que pensam alguns alunos do curso de Jornalismo da Unisinos sobre o tema da mídia livre/alternativa/independente. E constata que a maioria dos alunos não acompanha a discussão. Confira:

O debate sobre mídia livre não é de hoje, mas ganhou força nos últimos anos entre os profissionais de comunicação. Ainda assim, não adentrou uma importante área: as salas de aula das universidades. O debate sobre mídia livre ainda passa um tanto quanto longe desse espaço de formação, mesmo que seja através dele que o movimento possa ganhar força. Nós, da IHU On-Line, fomos, então, conversar com alguns alunos de comunicação social para tentar compreender o que eles entendem sobre mídia livre e se estão “por dentro” desta discussão. As respostas foram praticamente unânimes: não estão acompanhando a discussão acerca da mídia livre. Onde, então, deveria estar tal debate? Apenas entre os profissionais dessas mídias? Se a mídia independente preza pela qualidade da informação e, principalmente, pelo fato de esta informação estar livre de “planos comerciais”, por que não está sendo inserida na academia?

Para realizar a enquete qualitativa, conversamos com alguns alunos de diferentes tipos: engajados politicamente, participantes de iniciação científica e aqueles que são ligados à universidade apenas pelo vínculo do curso. Enquanto alguns nos dizem que nem sabiam que havia um debate acerca do desenvolvimento da mídia livre, outros sabem que ele existe, mas não acompanham. Para Rafael Tourinho Raymundo, por mais que as pessoas saibam que existe a mídia livre e que não é difícil ter acesso a ela “continuam a assistir ao *Jornal Nacional* para se manter informadas”. O que é uma grande verdade, pois o Ibope revela que o *Jornal Nacional* manteve, no último mês, uma média de 35 pontos.

Partimos, então, para o debate do que deveria, então, ser uma mídia li-

vre. Produzida somente por jornalistas? “Se assim o fosse, acredito que não seria de fato livre”, afirma Bruno Alencastro. “Acho que o termo ‘livre’ implica que o discurso está aberto para qualquer pessoa que queira se manifestar. Considero válida a participação de outras pessoas, que não jornalistas, que tenham idéias interessantes e saibam se expressar. No entanto, mesmo assim, o jornalista tem conhecimentos técnicos e intelectuais adquiridos no curso, então, no fim das contas, mídias feitas por jornalistas acabam ganhando mais credibilidade”, opina Rafael. Marcelo Conti enfatiza que toda vez que um jornalista de uma grande mídia faz uma pergunta a um profissional acaba sendo reducionista e espera uma resposta com base num dualismo. “Acho importante reconhecermos o jornalismo sendo feito por jornalistas, mas sem ignorar o mundo de informações que outras pessoas podem nos passar através de blogs, vídeos *youtubísticos*, álbum do Orkut”, disse Mathus Beck.

Diploma de jornalismo

“O diploma de jornalismo garante o mínimo. Isto é, ensinamentos acerca da sociologia, antropologia, história, entre outros. Agora, o que os jornalistas irão fazer com esses ensinamentos, já é uma outra história”, pensa Bruno. Mas, hoje, esse pedaço de papel é obrigatório por lei para que o exercício do jornalismo seja feito apenas por profissionais. Mesmo que não seja isso o que aconteça. Marcelo acredita que a importância do diploma é nula. “Passar por 40 disciplinas e apresentar um trabalho de conclusão não forma um jornalista. É preciso exercer a função com qualidade, não com quantida-

de de certificados”, comentou. Quem também contribuiu com o debate foi André Ávila. Para ele, “a formação dos futuros jornalistas não é, fundamentalmente, muito superior a quem tem experiência e não um diploma”.

Afinal, então, o que falta nos cursos de comunicação? “Deixar de lado a tentativa (suicida) de concorrer com os cursos técnicos e assumir o seu verdadeiro compromisso crítico e social, estabelecidos pelo código de ética dos jornalistas”, discorre Bruno. Ângelo Hector diz que o que falta é incentivo, pois o mercado de trabalho apresentado, que é o das grandes mídias, muitas vezes desilude os alunos. “Falta mais aprofundamento teórico. Um médico estuda todas as partes do corpo, independente do que exercer. Um jornalista se forma às vezes sem saber organizar um texto apropriadamente, coletar as fontes adequadamente. Isso é inadmissível”, relata Marcelo. André diz que “a graduação deveria formar profissionais com capacidades intelectuais, não com a simples capacidade de redigir de forma distinta o que leram ontem”. E Rafael finaliza: “Ainda temos muitos professores sem conhecimento real de mercado e muitos profissionais que não levam a teoria a sério. Também falta uma preocupação maior com a formação intelectual do estudante. Disciplinas de filosofia, sociologia e história são essenciais para que o jornalista em formação aperfeiçoe seu senso crítico e sua capacidade de questionar.”

Encontram-se aí muitas brechas para inserção do debate e, até, em alguns casos, para que, além de reflexão, se apresente a mídia livre. Quem começará?



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana

Filme da Semana

O filme comentado nessa edição foi visto por algum/a colega do IHU e está em exibição nos cinemas de Porto Alegre, como o Artepex, do Shopping Bourbon.

Quatro meses, três semanas e dois dias

Ficha técnica

Nome Original: 4 luni, 3 saptamani si 2 zile / 4 months, 3 weeks and 2 days

Diretor: Cristian Mungiu

Gênero: Drama

Tempo de Duração: 113 minutos

Ano de lançamento: 2007 (Romênia)

Elenco: Anamaria Marinca, Laura Vasiliu, Vlad Ivanov

Resumo: Romênia, 1987. O país passa por uma crise, enfrentando racionamento de comida, entre outras coisas. Em meio a esse cenário, a jovem Gabita (Laura Vasiliu) tenta fazer um aborto ilegal. Ela só pode contar com a ajuda de sua amiga Otília (Anamaria Marinca), que irá fazer grandes sacrifícios por ela.

Quatro meses, três semanas e dois dias

POR STELA MENEGHEL

O diretor Cristian Mungiu, ganhador da Palma de Ouro no Festival de Cannes, faz cinema de qualidade com um orçamento modestíssimo. *Quatro meses, três semanas e dois dias* é uma narrativa densa e tocante que se traduz em um filme sério, limpo sem deixar de dizer o que se propõe, sem retoques e efeitos especiais.

A história central: duas moças que vivem em um alojamento universitário, uma delas grávida (Gabita) pede ajuda à companheira de quarto (Otília) para realizar um aborto. Otília se vê às voltas com todos os detalhes do problema, desde o empréstimo de dinheiro com o namorado (o dela porque o de Gabi não aparece), passando por arranjar uma vaga em um hotel de segunda categoria que deveria ter sido reservado pela amiga, encontrar o aborteiro, até, finalmente, livrar-se

do feto morto.

Lendo algumas críticas sobre o filme, percebi que alguns consideraram “o aborto” como uma metáfora da decadência do comunismo. Porém, o aborto, antes de ser uma metáfora disto ou daquilo, é um evento concreto, cruento, que pode marcar para sempre o corpo de uma mulher, trazendo a possibilidade de complicações de ordem física (infecção, hemorragias, morte) e jurídica (prisão) para os autores. O filme se passa nos últimos anos da ditadura de Ceausescu,¹ quando o aborto² era proibido e criminalizado.

Na realidade, considero que o filme

1 Nicolae Ceausescu (1918-1989): foi um revolucionário comunista, ditador e líder da Romênia comunista de 1965 até sua execução, em 1989. (Nota da IHU On-Line)

2 O tema esteve presente na IHU On-Line 259, de 14-05-2008, intitulada, *O aborto em debate*. (Nota da IHU On-Line)

diz mais sobre o sistema patriarcal de dominação/subordinação das mulheres, presente tanto em regimes de direita quanto de esquerda. A experiência pessoal do aborto vivida pelas duas moças denuncia uma sociedade moralista e deixa claro que o regime comunista não conseguiu eliminar a desigualdade de gênero. O patriarcado é um sistema de poder em que os homens ou o Estado, representando a ordem androcêntrica, possuem o direito de propriedade dos corpos das mulheres. No filme, as mulheres escapam à violência da prisão para cair na violência do estupro e evitam a sanção pública para mergulhar no infortúnio privado.

Como Gabita na Romênia de Ceausescu, milhares de adolescentes, ao realizarem as primeiras explorações da sexualidade, se deparam com uma gravidez indesejada. E essas moças/



adolescentes/meninas, ao decidirem abortar, enfrentam situações de adversidade, risco e morte. Situações, às vezes, mais precárias que as vividas pela personagem do filme. Seus corpos são manipulados grosseiramente, e isso se acentua quando elas não têm dinheiro como Mungiu nos esfrega na cara sem eufemismos. E isso ocorre no Brasil, na África, na Europa e na Romênia. Em qualquer local onde a ordem patriarcal dita as regras do jogo, por meio do pacote heteronormativo que objetiva normalizar e controlar as mulheres.

É a partir do corpo e da sexualidade feminina que se expressam a opressão e a dominação do gênero masculino, diz a teóloga Ivone Gebara. A sexualidade feminina é o lugar onde se marca a posse masculina sobre as mulheres. Essa dominação se expressa através de uma divisão injusta do trabalho social e doméstico, através de uma legislação que acaba mantendo os privilégios de gênero e manifesta-se, igualmente, nas questões de descriminalização e legalização do aborto, como se os homens, ou a sociedade que representam, tivessem a última palavra sobre nossas decisões e escolhas (Gebara, 2006).

No Brasil, o aborto representa um grave problema de saúde pública e de justiça social. A prática do aborto é crime, sendo permitido pela lei penal somente em duas circunstâncias: no caso de violência sexual (estupro) ou riscos à vida da mulher. No entanto, o aborto é amplamente praticado, através de meios inadequados que podem causar danos e provocar a morte da mulher. Estimativas para 2005 apontam um total de 1.054.243 de abortos realizados. As

mulheres em situação de aborto incompleto ou com complicações, geralmente, sentem constrangimento e/ou medo em declarar seus abortamentos nos serviços de saúde, resultando em grande subnotificação do fenômeno. A distribuição geográfica de abortos entre as adolescentes de 15 a 19 anos aponta para as Regiões Norte e Nordeste como as que apresentam maiores riscos de aborto induzido www.ipas.org.br/arquivos/pesquisas/factsh.PDF.

Em uma pesquisa encomendada pelo Ministério da Saúde para delinear o perfil do abortamento no Brasil, os autores (Adesse, Monteiro e Levin, 2008) pontuaram que o abortamento inseguro cria um ambiente ameaçador, de violência psicológica e de culpabilidade que leva muitas mulheres a apresentarem sintomas de depressão e ansiedade. Além disso, recomendam o enfrentamento da gravidez não desejada com políticas públicas que reconheçam os direitos humanos reprodutivos das mulheres, que incluam os homens nessas políticas e criem, nos municípios brasileiros, ações de saúde reprodutiva, educação sexual e atenção à anticoncepção.

Voltando ao filme, Gabita esconde a idade gestacional real (mais de quatro meses, de onde o nome do filme), o que a faz procurar um aborteiro que, além de embolsar o dinheiro das jovens, engloba no “pagamento” o abuso sexual das duas moças.

“Por que você escondeu a data real da gravidez? Quem te indicou este homem?”, ou seja, por que se expor a esse acréscimo de violência, é o questionamento que Otilia faz à Gabi, buscando entender o que está se passando, embora Gabi proponha “não tocar mais no assunto”. Ou seja, se o conhecimento ocorre por meio da linguagem e do discurso, Gabita recusa esta possibilidade.

Otilia, sem dúvida, é a heroína do filme de Mungiu, construída a partir do compromisso, do comprometimento e da solidariedade. O aniversário da mãe do namorado acentua a diferença entre a moça preocupada com a amiga e o grupo de comensais, no qual as conversas giram em torno de temas banais, podendo-se perceber neles a futilidade, o arrivismo e os papéis convencionais de gênero. “Não

existe um mundo dividido entre personagens bons e maus — o que há em *Quatro meses* são pessoas tentando sobreviver a adversidades, em especial àquelas advindas do Estado. Se Otilia será uma pessoa melhor ao final de sua trajetória não podemos saber”, nos diz o crítico de cinema Alysso Oliveira (<http://cineweb.oi.com.br/index.html>).

Acredito que sim, que Otilia se torna uma pessoa melhor ao longo do trajeto representado no filme. A trama narrativa baseada na retidão e na capacidade de Otilia de olhar os fatos de frente, sem tergiversar, faz com que por meio dela questionemos uma série de valores da sociedade romena/da nossa sociedade: as hipocrisias sociais, os papéis estereotipados de gênero presentes nos comportamentos de Gabi (passiva e infantil) e da sogra (preconceituosa e esnobe), o individualismo exacerbado, o tráfico de influências e regalias (expresso nas propinas, no mercado negro, no autoritarismo das pequenas autoridades), as hierarquias de gênero (o aborto criminalizado, a conduta truculenta, agressiva e sexista do aborteiro, a tradicional cena de casamento no hotel).

Bem, mais do que uma estória de época, o filme é uma narrativa marcada pelo viés de gênero, abordando um tema capaz de nos mobilizar tão intensamente que nem todos conseguimos perceber o quanto ele constitui um dos pilares da dominação patriarcal em relação às mulheres.

* Stela Meneghel é graduada em Medicina, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre e doutora em Medicina: Ciências Médicas pela mesma instituição e pós-doutora no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Autônoma, de Barcelona. Foi médica de Saúde Pública da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul por mais de vinte anos, atuando em vigilância epidemiológica e coordenando as atividades de ensino e pesquisa em epidemiologia junto à Escola de Saúde Pública da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, no período 1980 a 1998. Atualmente, é professora da Unisinos. Na universidade, atua no Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva. Ela acaba de publicar o livro *Epidemiologia: Exercícios e Anotações* (Porto Alegre: Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul/ Escola de Saúde Pública, 2008).

Invenção

Editoria de Poesia

Mardilê Fabre

POR ANDRÉ DICK

A poeta Mardilê Friedrich Fabre nasceu em Cachoeira do Sul (RS), em 1938. Bacharel e licenciada em Letras Neolatinas, lecionou em várias instituições de ensino das redes pública e particular. Exerceu, no Instituto Humanitas Unisinos, a atividade de revisora e participou de antologias de escritores. Escreveu *Literatura gaúcha em síntese* (São Leopoldo: Engenho, 1994) e co-organizou, com Rosa Maria Serra Bavaresco e Águeda Bichels, o livro *Palavras aos antigos alunos: reflexões do ser no agir* (Porto Alegre: Renascença, 2006), do qual também é co-autora.

Mardilê também publica seus textos em sites, na internet, como *Recanto das Letras* (www.recantodasletras.uol.com.br), produzindo poemas de todos os tipos, transitando pelo verso livre, pelo soneto, até as formas orientais do haikai e do tanka. Aqui neste espaço, falaremos um pouco dessa influência oriental em sua poesia, mostrando uma qualidade de sua síntese e eficácia. O haikai é uma forma originalmente japonesa de três versos.

Alguns escritos de Mardilê que seguem esse modelo lidam com rimas, como nos trabalhos de Millôr Fernandes, Guilherme de Almeida e Paulo Leminski. Isso confere, ao mesmo tempo, um sentido apurado de observação e um desfecho extremamente eficaz para alguns deles. Lemos, por exemplo, em alguns haicais de Mardilê imagens referentes à união entre sujeito e natureza. Vejamos, por exemplo: “Dia de neblina... / Não vejo o verde das árvores, / Tampouco a colina”. Ou “Límpida cascata, / Como um véu cai pela rocha / E faz a cantata”. A calma

do sujeito também é buscada em versos que procuram certa luminosidade: “Hoje o mar acordou / afagado pelo sol. / E calmo ficou”. Também em “No sol que reluz, / a flor se curva e sorve água / do riacho em luz”. Há, também, a mudança de estações – típica do haikai – no belo “O inverno chegou. / Embranqueceram os campos. / E o verde apagou”. Ou no término dessa estação: “Começa o degelo. / As flores se abrem felizes. / Dispensam modelo”. E o início da primavera: “O jardim desperta, / primavera colorida. / Eis a descoberta”.

Mardilê também sintetiza certas paisagens de verão, com a presença de pássaros e insetos: “Verão sem igual / Na tarde silenciosa, / ouve-se o pardal”, “Durante o verão, / ilumina o vaga-lume / toda a escuridão”. E lida com um bom-humor referente ao inverno: “No meio da neve / elegância de casaca. / Ao frio se deve”. Mardilê utiliza também um trabalho de cores: “No tapete verde, / salpicado de vermelho, / brotam os valverdes”. Além do olhar minucioso, impactando com a aliteração em “SuSpeNso No ar, / o COLibri multiCOor / da flor Suga o nÉCtar” (veja a sonoridade em maiúsculas). Como no haikai japonês, há uma união intrínseca entre sujeito e a natureza, sobretudo as flores.

Segundo Paulo Leminski, no texto “Click: zen e a arte da fotografia” (In: *Anseios crípticos*. Curitiba: Criar Edições, 1986), “o mundo que o haikai procura captar é um mundo objetivo, o mundo exterior. Um mundo de coisas onde o eu está quase sempre ausente, sujeito oculto, elidido. Mas não é um mundo morto, uma mera descrição. Por trás das objetividades do

haikai, sempre pulsa (sem se anunciar) um Eu maior, aquele eu que deixa as coisas serem, não as sufoca com seus medos e desejo, um eu que quase se confunde com elas”. Isso porque, continua Leminski, o que o poeta faz por meio do haikai “é suspender os egoísmos da subjetividade para permitir que a realidade se transforme em significado”. Isso vai ao encontro do que Roland Barthes apresenta em *A preparação do romance I - Da vida à obra* (São Paulo: Martins Fontes, 2005): “[...] o haikai é o próprio sujeito, uma quintessência da subjetividade, mas não é o ‘autor’”, pois este se liberta da necessidade de autoria. Ou seja, trata-se, como ainda diz Leminski, de um “eclipse da retórica”, “uma unidade de informação quase pura, valorizando o “fragmentário e o ‘insignificante’, o aparentemente banal e o casual, sempre tentando extrair o máximo de significado do mínimo de material, em ultra-segundos de hiperinformação”.

Além de haicais inéditos, Mardilê enviou, especialmente à IHU On-Line, alguns tankas, que possuem, desde a origem japonesa, cinco versos: um terceto e um dístico. O terceto deu origem ao haikai, ou seja, o tanka é o pai deste. Ambas as formas dispensam título. No Brasil, um livro de tankas conhecido é *Pequeno tratado de brinquedos* (São Paulo: Iluminuras, 1996), de Wilson Bueno. Trata-se de um poema menos descritivo do que o haikai, ou seja, trabalha mais diretamente com a emoção do sujeito.

Cada outono tinge
de amarelo todo o chão,
que não o ver finge.

Tanka 12

Vivo intensamente.
Uno energia e coragem
e afasto os obstáculos.
Um a um gotejam os dias
no meu tempo permanente...

Árvores de outono
olham as águas do rio.
Acordam do sono.

O outono apontou.
As folhas são testemunhas.
O rio esfriou.

Tanka 14

Pinto em arabescos,
na grande tela da vida,
cenas de emoção.
Meu pincel rasteja cores
e teu rosto emerge tímido.

Atrás da montanha,
silencioso põe-se o sol...
Divina façanha.

Ergue-se altaneira,
no árido e quente deserto,
singular palmeira.

No azul infinito,
pássaros voam sem rumo.
Procuram seus ninhos.

Cai em véu branca água.
Flui sobre verde tapete,
canta sobre as pedras.

Destaques On-Line

Essa editoria veicula notícias e entrevistas que foram destaques nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.unisinos.br/ihu) de 07-04-2008 a 12-04-2008.

As diferentes imagens públicas de JK
Entrevista com Maria Leandra Bizello
Confira nas Notícias do Dia 07-04-2008

A entrevistada analisou diferentes as imagens de JK veiculadas na mídia durante sua presidência e a influência delas na política atual.

“Os partidos viraram um mero conglomerado de gente em busca de poder”

Entrevista com Flavio Tavares
Confira nas Notícias do Dia 08-04-2008

O jornalista fala, nesta entrevista, sobre os resquícios da ditadura na política atual, além de analisar o jornalismo feito no passado e o produzido hoje.

Seis contra 18 mil. Arrozeiros continuam em Raposa Serra do Sol

Entrevista com Ana Paula Souto Maior e Dionito de Souza
Confira nas Notícias do Dia 09-04-2008

O governo, as instituições sociais e os indígenas continuam na luta contra os seis arrozeiros que resistem à saída da região de Raposa Serra do Sol. Nesta entrevista, um índio e uma advogada falam sobre o conflito.

O que está em jogo em Raposa Serra do Sol?

Entrevista com Paulo Machado Guimarães
Confira nas Notícias do Dia 10-04-2008

Seis arrozeiros se negam a deixar uma área pública, federal

destinada exclusivamente aos indígenas de Roraima. Com forte e influente poder econômico na região, eles têm se mantido na área de forma irregular, ameaçando e aliciando os indígenas. Sobre isso, o advogado do CIMI conversou conosco.

Terrorismo mediático.

Entrevista com Beto Almeida
Confira nas Notícias do Dia 11-04-2008

A mudança de concepção política latino-americana é uma esperança importante para acabar com o terrorismo mediático e a influência estadunidense em nossos governos e sociedade. Sobre este assunto, o jornalista Beto Almeida disserta nesta conversa.

O pampa gaúcho entregue às multinacionais.

Entrevista com Maria Carrion e Flávio Lewgoy
Confira nas Notícias do Dia 12-04-2008

Desrespeito aos técnicos e as órgãos de proteção ambiental, desrespeito ao povo gaúcho e ao seu pampa. Esse é o resultado da aprovação de um novo zoneamento ambiental que traz menos restrições à monocultura do eucalipto e mostra que o governo do Rio Grande do Sul está servindo, claramente, às empresas multinacionais.

Análise da Conjuntura

A Conjuntura da Semana está no ar. Confira no sítio do IHU - www.unisinos.br/ihu

A análise é elaborada, pelos colegas do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT - com sede em Curitiba, PR, em fina sintonia com o IHU

acesse

www.unisinos.br/ihu



UNISINOS



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU **ON-LINE**

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

Agenda da Semana

Confira os eventos dessa semana, realizados pelo IHU.
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU
(www.unisinos.br/ihu).

Dia 17-04-2008
<p>Uma sociedade pós-humana? Uma visão a partir do cinema Exibição do Filme: <i>Gattaca - A experiência genética</i> (Andrew Niccol, EUA, 1997, ficção científica, 106min) Debatedores: Prof. MS Ricardo Giuliani Neto (Manhã) Local: Sala 1G119, junto ao IHU Prof. Dr. Alvaro Felipe O. da Rocha (Noite) Local: Auditório Pe. Bruno Hammes C4 - Unisinos Horário: Manhã das 08h30 min às 11h15min e noite das 19h30min às 22h15min</p>
Dia 17-04-2008
<p style="text-align: right;"><i>IHU Idéias</i></p> <p>Ceci n'est pas une fenêtre (Isto não é uma janela) Palestrante: Yentl Delanhesi - Graduada em Comunicação Social, com ênfase em Comunicação Digital, na Unisinos. Horário: das 17h30min às 19h Local: Sala 1G 119, junto ao Instituto Humanitas Unisinos - IHU</p>

VOCÊ JÁ IMAGINOU QUE ALGUM DIA FALARÍAMOS EM FUTURO PÓS-HUMANO? OU, ALGO MAIS SURPREENDENTE, QUE HOMENS E MÁQUINAS PODERIAM SER UM SÓ: HÍBRIDOS?



ESSA DISCUSSÃO ESTARÁ PRESENTE NAS CONFERÊNCIAS E MINI-CURSOS DO SIMPÓSIO INTERNACIONAL UMA SOCIEDADE PÓS-HUMANA? POSSIBILIDADES E LIMITES DAS NANOTECNOLOGIAS. O EVENTO ACONTECERÁ NA UNISINOS ENTRE OS DIAS 26 E 29 DE MAIO DESTE ANO. A PROGRAMAÇÃO COMPLETA DO ENCONTRO JÁ PODE SER CONFERIDA ATRAVÉS DO NOSSO SÍTIO WWW.UNISINOS.BR/IHU.

Até o limite da ética: a intervenção da ciência na vida humana

Os avanços da ciência, em todas as áreas, tomam proporção cada vez maior. Mas até que ponto as experiências científicas, no que diz respeito à vida humana, são permitidas? Para Ricardo Giuliani Neto, “tudo que faz bem deve fazer parte da vida de alguém”

POR BRUNA QUADROS

Manipulação genética e experiências com células-tronco embrionárias são questões recorrentes e polêmicas: a ciência tem ou não esse direito? Em entrevista à revista IHU On-Line, por e-mail, sobre a temática do filme *Gattaca - A experiência genética*, Ricardo Giuliani Neto afirma: “A ciência, como ciência, não tem direito a nada. Até porque ciência não é nada sem o ‘cientista’. E este nada será sem suas condições de inserção no mundo, sem os seus desejos de interferir no mundo. Portanto, os homens têm o direito de interferir na vida dos homens. Ou melhor, não há o homem, se essa interferência não existir”. Neste sentido, ele enfatiza que não há conhecimento produzido sem pretensão de interferência na vida humana. No entanto, não cabe à ciência definir o que deve ou não ser seguido pelas pessoas. “Nós damos o rumo para a ciência. Agora, temos que ter o cuidado com o ‘nós’. Quem somos nós?”, pergunta Neto, que é mestre em Direito do Estado, pela Unisinos, e doutorando em Direito, também na Unisinos, onde leciona Teoria Geral do Processo.

O Instituto Humanitas Unisinos - IHU abre espaço para a discussão do tema, com a exibição do filme *Gattaca - A experiência genética*, de Andrew Niccol, no dia 17 de abril. O Prof. MS Ricardo Giuliani Neto debate a obra das 08h30 às 11h15, na sala 1G119 do IHU.

O filme também será exibido das 19h30 às 22h, no auditório Pe. Bruno Hammes, no Centro das Ciências Jurídicas, quando o Prof. Álvaro Felipe O. da Rocha, doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e integrante do corpo docente da Unisinos, no PPG em Direito, coordenará o debate. A programação integra o evento Uma sociedade pós-humana? Uma visão a partir do cinema, em preparação ao Simpósio Internacional Uma sociedade pós-humana? Possibilidades e Limites das Nanotecnologias, que será realizado de 26 a 29 de maio, na Unisinos. Para saber mais, acesse www.unisinos.br/ihu.

IHU On-Line - A questão central do filme *Gattaca - A experiência genética* abarca o desenvolvimento das técnicas de manipulação genética. Neste sentido, até que ponto a ciência tem o direito de interferir na vida humana?

Ricardo Giuliani Neto - A ciência, como ciência, não tem direito a nada. Até porque ciência não é nada sem o “cientista”. E este nada será sem suas condições de inserção no mundo, sem os seus desejos de interferir no mundo. Portanto, os homens têm o direito de interferir na vida dos homens. Ou melhor, não há o

homem se essa interferência não existir. A interferência entre os homens é condição para sua própria existência. O conhecimento tecnológico, quando aplicado, deverá estar subordinado aos limites que os homens, a partir do seu estágio civilizatório, estabelecem para o seu conviver. E, mais, não há conhecimento produzido sem pretensão de interferência na vida humana. Portanto, para o bem ou para o mal, o conhecimento tecnológico, no caso a manipulação genética, é produzido com a finalidade de entrar na vida das pessoas. Entrará?

Bom, aí dependerá no nível civilizatório de cada sociedade.

IHU On-Line - Um dos mais recentes e polêmicos temas que envolvem a engenharia genética são as pesquisas com células-tronco embrionárias. Diante deste avanço da ciência, o que deve ser assegurado: o direito à vida ou à cura?

Ricardo Giuliani Neto - Cantam os Engenheiros do Hawaii: “entre crenças e fiéis / entre os dedos e os anéis / entra ano e sai ano / e sempre os mesmos planos”.

Contrapor direito à vida e cura é construir um falso paradoxo. O direito à cura é o direito à vida. Curar-se, sair da doença, é ter a possibilidade de viver; é exercer o direito à vida. Outra coisa é a crença — respeitável filosófica e religiosamente —, que afirma o momento em que a vida surgiria. É por isso que “entra ano e sai ano” e determinadas religiões, milenares até, continuam com os mesmos planos. Mas a crença só existe para os fiéis, e, entre dedos e anéis, antes de perder os dedos, que se percam os anéis. Antes de morrer, que estejamos vivos. Ou melhor, para morrer precisamos estar vivos. E não há nada de fé nisso. O homem que está para morrer não quer nada além da possibilidade de viver, que seja um dia a mais. É justo que seja assim. Todos os crentes sabem que ao morrerem terão o paraíso à sua espera. Há uma certeza nisso, há fé. Mas, se perguntarem a esses crentes, já que há um paraíso à sua espera, qual deles desejaria morrer hoje, precipitando sua ida ao tão esperado paraíso, não encontraremos um sequer que deseje acelerar “a viagem”; não querem abreviar suas vidas em um dia sequer. Portanto, vida ou cura são espaços de um só ambiente existencial e espiritual. Esse ambiente se chama vida. Pesquisar, portanto, células-tronco embrionárias¹ é favorecer a vida.

IHU On-Line - *Gattaca* apresenta uma sociedade que faz da técnica de manipulação do código genético uma prática cotidiana. Como você avalia este controle? Quais são as principais implicações para a sociedade?

Ricardo Giuliani Neto - Na verdade, a “técnica de controle do código genético” nada mais é do que uma variação possível de outras técnicas de controle que a sociedade está acostumada a criar e a praticar. Se percebermos a função da chamada “técnica”, é a mesma que a sociedade contemporânea usa para segregar grupos sociais: a escolaridade, o mundo do “eu tenho”, a cor da pele, a re-

¹ O tema foi discutido na edição número 246 da revista IHU On-Line, intitulada *Células-tronco embrionárias. Algumas ponderações éticas e científicas*. O conteúdo está disponível em www.unisinos.br/ihu. (Nota da IHU On-Line)

“Desumanizar a sociedade seria desconstituir a própria sociedade. E isso seria a negação da nossa própria existência enquanto seres capazes de se perguntar se perdemos ou se perderemos essa condição humana”

ligião etc. O preconceito funciona como o móvel que separa, que estratifica, que “coloca as pessoas no seu devido lugar”. O mundo da perfeição exclui os “filhos de deus” ou os “filhos do amor”. Numa sociedade cada vez mais massificada, o poder se estrutura a partir de estratégias espetaculares capazes de organizar esta sociedade ao feitio de quem o exerce o poder. Na proposta do filme, o que fica muito claro é que um tipo de capacidade de controlar o futuro pode ser capaz de “tornar iguais” a massa de seres humanos programados e, portanto, programáveis. Não é muito diferente da sociedade midiática da contemporaneidade. A questão é verificar de que modo podemos nos dar conta dessa realidade. Há um momento no filme, no qual o médico afirma que sabia da condição do “filho de Deus”, pelo modo como o ser humano procedia para urinar. Pois é, tantas coisas são capazes de denunciar quem verdadeiramente somos. Portanto, há implicações dos métodos de controle na sociedade, e estas são as implicações próprias das lidas com a condição humana.

IHU On-Line - Mais importante do que considerar para onde rumar a ciência é decidir como aplicar tudo o que ela oferece. Assim, a sociedade deve consumir tudo o que a ciência produz? Sob quais circunstâncias uma nova tecnologia, como as modificações genéticas, devem fazer parte da vida de alguém?

Ricardo Giuliani Neto - A ciência não rumar para lugar nenhum. Nós damos o rumo para a ciência. Agora, precisamos ter o cuidado com o “nós”. Quem somos nós? Quem é capaz de tomar decisões? Quem deve decidir o que deve ou não deve fazer parte das nossas vidas ou da vida de alguém? Não há ciência autônoma, acrílica ou descompromissada. Não

há conhecimento imparcial, descolado do mundo ou encapsulado no sonho de uma viagem espacial. Ser diferente é muito pesado, ao ponto de, no mais das vezes, quereremos estar no espaço sideral; solitários com as nossas diferenças. Novamente, o Engenheiros do Hawaii: “eu me sinto um estrangeiro / passageiro de algum trem / que não passa por aqui / que não passa de ilusão”. As modificações genéticas são praticadas pela humanidade desde os tempos das combinações agrícolas da mesopotâmia. Portanto, esse conhecimento tecnológico não é um mal em si mesmo. Aliás, nada é um mal em si mesmo; é necessário que alguém diga para alguém o mal que esta coisa pode fazer para alguém. A pessoa está no centro e na periferia e constrói seus próprios processos ou se deixa ser construída pelos processos onde está inserida. A questão, do meu ponto de vista é singela: tudo que faz bem deve fazer parte da vida de alguém. Torcer pelo Internacional, para mim, faz bem. Certamente, para os gremistas não o faz. E isso não é capaz de transformar uns e outros em bons ou ruins. O fato é que esta decisão está centrada na pessoa, no ser humano que está no centro dos acontecimentos humanos. Não é a cor, azul ou colorada, que nos transforma. Nós as escolhemos e, ao fazer as escolhas, nos transformamos. Pelo menos, acredito que ainda temos essa capacidade.

IHU On-Line - Como você percebe esta obsessão do homem pelo domínio da ciência, a partir do momento em que há uma constante preocupação com o futuro e o hoje parece não ter tanta importância?

Ricardo Giuliani Neto - Preocupar-se com o futuro é preocupar-se com o hoje. Não há sentido em viver sem a expecta-

tiva do amanhã. Não há sentido em gerar uma condição finita de viver para o hoje. O amanhã é a condição indispensável para realizar o hoje. O que está ocorrendo é exatamente o contrário. Como não estamos preocupados com o futuro, abandonamos as questões substanciais que precisam ser vividas no dia-a-dia. É exatamente a descrença sobre a possibilidade de um futuro melhor que faz um presente vazio. E isso é uma estratégia de controle. As pessoas estão cada vez mais vivendo intensamente o seu dia de hoje. Amanhã: salve-se quem puder. Portanto, penso o contrário. Somente as preocupações com o futuro, as preocupações em construir um mundo melhor para o futuro, me fazem viver o hoje com toda intensidade do mundo. Ser feliz é ser feliz para sempre, é poder dividir essa felicidade no amanhã. É poder dizer que amarei alguém até o final dos meus dias. Não é amar hoje, é construir o amor todos os dias, tendo em vista os dias que ainda desejo viver. Portanto, viver hoje é querer o futuro hoje.

IHU On-Line - A temática do filme esbarra no conceito de pós-humanidade. Existe limite entre o humano e pós-humano? Que limite seria este?

Ricardo Giuliani Neto - Não há nada que possa superar o humano. O mundo não existe se eu não puder contá-lo. E eu estou contando o mundo e tu estás me perguntando sobre os limites do humano e o pós-humano. É um questionamento humano, racional no sentido de cotejar argumentos, símbolos, retóricas, e capacidades de sofrer este mesmo mundo. O que posso admitir é a construção de uma nova humanidade, de novos paradigmas, de novas escalas axiológicas, novos padrões de relacionamento. Mas, sem qualquer titubeio, o conceito sobre pós-humanidade é um conceito humano. Desumanizar a sociedade seria desconstituir a própria sociedade. E isso seria a negação da nossa própria existência enquanto seres capazes de se perguntar se perdemos ou se perderemos essa condição humana. O conhecimento e sua utilização estão no domínio do humano. É técnica é artifício. O artifício é tão humano quanto a capacidade que temos de sonhar, de rir, de chorar, de fazer sexo olhando nos olhos de quem amamos, ou de quem não amamos, e, por que não dizer, de questionarmos a nossa própria condição de existência.

Perfil Popular

A cada edição, a história de um membro da comunidade.

Luiz Kur

POR GRAZIELA WOLFART

De violão em punho e olhos lacrimejados, o músico Luiz Kur dá uma lição de sensibilidade ao se autodefinir: “Sou uma pessoa com vivência simples, que conserva muito da criança dentro de si. Sempre que eu chego a um lugar novo, não fico pensando o que as pessoas vão me oferecer de bom. Penso o que eu tenho de bom para dar a elas”. Carregado da paz que só um bom acorde de violão pode trazer, o músico e violonista Luiz Kur conta, emocionado, sua história de vida a seguir.

FOTOS ARQUIVO PESSOAL



“Tive uma infância boa, com muita harmonia em casa.” Assim começa o músico Luiz Kur a contar a sua história: a partir das origens. Nascido em Horizontina, na fronteira com a Argentina, ele, o pai, a mãe e mais dois irmãos trabalhavam na lavoura. Quando Luiz ainda era pequeno, a família foi morar na Argentina. “Cresci num lugar com muita natureza, muito verde, rios, cachoeiras, paisagens lindíssimas.” E esse cenário encantador despertou em Luiz sua vocação para a música. Aos 17 anos, sentiu uma enorme “sede” de aprender sobre essa arte, porque vivia cantando e assobiando pela estrada. “Pelo meu dom natural, comecei a aprender tons e semitons musicais.” Raramente se via alguém tocar violão, pois moravam muito no interior. Mesmo assim, Luiz queria aprender. No entanto, achava que seu pai não iria apoiá-lo, pois o trabalho na lavoura era árduo. Mas, de tanta vontade que tinha, começou a fabricar um violão. “Fiz um violão, tosco, de caixinha de marmelada, feita com madeira. Para fazer as cordas, eu pegava a linha de pescar do pai. A afinação não ficava muito boa, mas eu ia descobrindo, por conta própria, as diferenças entre cada corda”, relata. Luiz nunca teve aulas de instrumento. Aprendeu música pela observação e pelo instinto de seu dom artístico. “Eu ensaiava escondido, no meio do mato, na lavoura”.

Certo dia, numa festa, Luiz pôde tocar num violão “de verdade”. E, para sua surpresa, seu pai gostou do que ouviu. Na mesma semana, deu de presente ao filho um violão. “E foi aí que começou a minha história”, conta. Quando completou 18 anos, prestou serviço militar na Polícia do Exército em Porto Alegre. Já na “cidade grande”, constatou que “muitos sonhos que temos no interior acabam desmoronando”. Com pouca estrutura escolar, Luiz sentiu que tudo era mais complicado do que ele imaginava. Conseguiu um emprego no Colégio Anchieta, em Porto Alegre, onde trabalhou durante 14 anos, como zelador da área de lazer do Colégio. Foi demitido, mas, com essa experiência no currículo, conseguiu uma vaga

no setor de jardinagem da Unisinos, em 1995. “No começo, eu não sabia como era a Unisinos, tinha medo de levar o violão. Eu queria cuidar do trabalho, mas não queria largar a música.” Na época, Luiz já tinha algumas composições de sucesso, que foram gravadas por artistas como Rui Biriva e Eracy Rocha, atual presidente da Ordem dos Músicos do Brasil. Um CD de carreira solo era um sonho distante, mas não por muito tempo. “Assim que deu, juntei um capitalzinho e gravei uma fita K-7. Dessa fita, juntei dinheiro para comprar um violão bem bom. Tudo era uma dificuldade, não foi fácil.” A chance veio quando o padre Roberto Aripe, conhecido como “Padre Xirú”, ouviu Luiz tocando e cantando e reuniu amigos da Unisinos para juntar verba no sentido de custear o primeiro CD do violonista. Estava lançado, então, o disco *Resquícios missioneiros*. “A mola impulsionadora da minha carreira foi a Unisinos. Sempre serei grato à universidade por isso, de coração. Em troca disso, me doe bastante, artisticamente, dentro da Unisinos, em projetos, atividades no anfiteatro, com músicas ambientais.” Depois de três anos, Luiz foi desligado da Unisinos. Sobre sua saída, ele admite: “Estava cometendo algumas irregularidades, eu confesso. A música nos deixa um pouco displicentes”. Na verdade, o músico sentia que o momento era de expansão. “A vida é cheia de fases, e eu aproveito bem cada uma delas, fazendo uma boa amizade. Após a saída da universidade, vivo da minha música. Não é uma grande renda, mas sou feliz por realizar meu sonho.”

Mídia em rede nacional

Na visão de Luiz Kur, hoje a vida “está boa. Estou mais reconhecido e isso realiza a pessoa”. Ele acaba de lançar o quinto CD de sua carreira solo, intitulado *Cantos e cordas*. Com isso, tem feito várias viagens a trabalho. No dia seguinte à entrevista que nos concedeu, ele pegou a estrada rumo à Bahia, para tocar em uma feira de máquinas. É a segunda vez que ele se apresenta na cidade de Luiz Eduardo Magalhães. Entre as maiores conquistas da carreira do músico está a participação no Programa *Domingão do Faustão*, da Rede Globo, no quadro “Se vira nos 30”, em 2004. Luiz e seu parceiro musical, Antônio Pimentel, tocaram um violão a quatro mãos e, das quatro participações

no programa, obtiveram duas vitórias. “Colocamos as pilchas mais bonitas que a gente tinha. O Faustão simpatizou com a gente.” Quando sabia que ia se apresentar na televisão, Luiz utilizava uma tática de marketing: “Colocava um cartão num telefone público e ligava para algumas pessoas dizendo que eu ia estar no Faustão, para me assistirem. Isso faz parte do trabalho”, conta. A partir dessa oportunidade, as viagens não pararam: Manaus, Barretos, Bahia e até Roraima, “lá na pontinha do Brasil”, acrescenta, animado. O contrato mais recente, que acaba de fechar, é para participar da São Leopoldo Fest deste ano. Com os olhos lacrimejados, Luiz confessa: “Estou colhendo as coisas boas que plantei, não só na área artística, mas como pessoa também”.

Composição

Luiz estudou até a quinta série do primeiro grau. No entanto, procura ler bastante para, nas letras das suas composições, “não massacrar muito o português”. Ele explica seu talento da seguinte maneira: “Acumulo uma bagagem de sensibilidade das coisas que me cercam. No devido tempo, aquilo jorra como vertente e é impossível guardar para mim. Essa é a inspiração. Meu pensamento é pequeno. Então, quando uma música vem, eu tenho que pegar um papel e escrever, sem pensar, pois é um momento iluminado, como se eu estivesse recebendo as palavras de alguma fonte”. O instrumentista declara ter “um filtro”, que “não me permite escrever bobagens, porque acho que a vida é muito curta para desperdiçar o dom que eu recebi, que é maravilhoso. Por isso, procura usá-lo da melhor forma para passar coisas saudáveis para as pessoas ouvirem”.

Casamento

Há muitos anos, Luiz cantava na Rádio Farrupilha, num programa de música gaúcha. Ele conta que, naquele tempo, as famílias, no interior, se reuniam para ouvir rádio de manhã. Por isso, na região onde a esposa de Luiz morava, em Encruzilhada do Sul, ele já tinha se tornado conhecido. “Aquela jovem moça gostava da minha voz, principalmente quando eu cantava muitas músicas em castelhano. Ela escreveu uma carta me elogiando. A gente começou a se

corresponder e um dia eu fui visitá-la. Nos reunimos em família, e eu tinha levado o violão, é claro. Foi aí que começou nossa história de amor.” Dilva Maria apóia bastante o trabalho de Luiz. Eles têm um casal de filhos, uma moça de 25 anos e um rapaz de 17. A família mora atualmente no bairro Feitoria, em São Leopoldo.

Fé

Para Luiz Kur, “dependemos de Deus até para respirar. Sem Ele não somos nada”. O músico se declara católico, mas acredita que cada pessoa pode buscar sua própria concepção de fé, a partir do que as religiões e os padres pregam. “Se eu faço uma música falando das belezas da natureza, estou zelando pelas coisas divinas. Deus está nas palavras de bem que a gente fala”, define.

Desigualdade

Sobre o Brasil e seu povo, Luiz aponta o problema da desigualdade social. “Acho complicado ver como há fazendeiros bem-sucedidos, com tanta dimensão de terra, e, ao lado deles, aquelas pessoas miseráveis, que trabalham por um baixo salário. Aí eu penso: será que não podia ter um pouco mais de igualdade? Pelo menos mais dignidade para as pessoas... Não tem como ficar feliz vendo pessoas desabrigadas, comendo restos de comida. O Brasil é um país cheio de recursos, mas com problemas de distribuição.” Ele sabe que falar de política é difícil, mas sua opinião é fulminante: “Tem muita corrupção na nossa volta. Mas, quando me auto-analiso, penso: devo ter um preço, mas ele deve ser muito alto. E eu me orgulho muito de nunca ter me vendido. Gosto de ser uma pessoa simples, pois a humildade não desmerece nenhuma virtude. Não me considero superior a ninguém, porque cada um pode buscar o seu espaço”.

DISCOGRAFIA DE LUIZ KUR

>> Confira:

- Em 1995 - CD *Resquícios missioneiros*, patrocinado pela Unisinos
- Em 2000 - CD *Meu pampa, minha terra*, lançado pela extinta gravadora Sul Discos
- Em 2004 - CD *Lavando a alma*, independente
- Em 2005 - CD *Violão a quatro mãos*, lançado pela USA Discos.
- Em 2008 - CD *Cantos e cordas*, independente

IHU Repórter

Sônia Almeida

POR BRUNA QUADROS

Se, para algumas pessoas, “um é bom e dois é demais”, para a professora Sônia Almeida este dito não se aplica. Ela convive, desde os seis meses de idade, com duas mães: a biológica e a adotiva. Seu pai adotivo, militar e professor, teve um papel definitivo na sua vida. Foi ele quem fez nascer em Sônia o gosto pela leitura. Além de orgulho, ela tem pela família um grande apego e não esconde o maior aprendizado que teve dos pais: “Acima de tudo, respeito pelos outros para, assim, ser respeitada”. Em 54 anos de vida, Sônia já soma 19 de dedicação à Unisinos, onde hoje atua no curso de Serviço Social. Nesta semana, ela conta a sua trajetória para a revista IHU On-Line.



BRUNA QUADROS

Origens - Nasci em Porto Alegre. Mas, na minha trajetória de vida, já morei em Esteio e São Leopoldo. Fui adotada aos seis meses de idade, mas a minha mãe biológica vive comigo, desde então. Convivi com meu pai adotivo até os meus 11 anos, quando ele faleceu. Já o meu pai biológico eu não conheci. Tive uma educação de muito afeto, por parte dos três, além de uma representação muito boa das figuras parentais. Minha mãe adotiva, que sempre foi dona-de-casa, está com 92 anos, e minha outra mãe, com 74. Minha mãe biológica nasceu em Santana do Livramento e veio para Porto Alegre, aos 20 anos, já grávida. Em Porto Alegre, meu pai acabou por abandoná-la. Com isso, ela acabou se desorientando e recebeu ajuda de muitas pessoas. Ela fazia serviços domésticos, até que conheceu o casal que me adotou. Eles estavam casados há 10 anos e não podiam ter filhos.

Valores - Integridade e honestidade, mas, acima de tudo, respeito. Meus pais me ensinaram a ter respeito pelos outros para, assim, ser respeitada.

Infância - Fui muito criança, vivi a minha infância. Gostava de pular sapata, de jogar cinco marias e de brincar de ser professora. Meu pai era professor, no

meio militar, gostava muito de ensinar, incentivar à leitura, jogos de memória e concentração. Eu jogava muito isso. E esse meu gosto pela leitura vem dele. Gostava de ler livros, infantis, mas que tivessem mais textos do que somente figuras. Como sou filha única, os filhos dos amigos do meu pai estavam sempre na minha casa. Meu pai não gostava que eu brincasse na casa dos outros, mas as crianças da vizinhança podiam ir brincar na minha casa e dormir lá. Então, eu nunca me senti sozinha.

Estudos - Sempre fui muito bem nos estudos. Passava de ano sem pegar recuperação. Formei-me em 1977, no curso de Serviço Social, na PUC-RS. Desde pequena, eu queria ser professora ou médica. Cursei magistério, mas não fui professora de Educação Básica, porque não havia concurso, nem contrato, na época. E eu precisava trabalhar para poder pagar a faculdade. Então, eu deixei de lado o magistério, naquele momento. Eu também queria ser médica, mas, com a morte do meu pai, a situação financeira da minha família mudou muito. Como o curso de medicina era muito caro, desisti. Queria ser psicóloga, então. Antes do vestibular,

era preciso fazer um psicoteste, na época. No momento da inscrição a este psicoteste, resolvi mudar para o curso de Serviço Social. Na família do meu pai, tem uma assistente social. E, quando adolescente, eu ouvia as histórias dela. Optei pelo Serviço Social e não me arrependo. É uma profissão que amo.

Trabalho - Ao terminar o magistério, em 1973, precisava trabalhar para pagar a faculdade. Então, um afilhado do meu pai conseguiu uma vaga na Brigada Militar, para mim, no departamento administrativo, na Academia de Polícia Militar, em setembro de 1973. Como na Brigada Militar havia o Centro de Serviço Social, o comandante prometeu-me que, se eu passasse no vestibular, eu seria transferida para lá. E foi o que aconteceu: fiz meu curso, tendo a experiência profissional, aprendendo com as assistentes sociais. Quando me formei, em 1977, consegui um contrato como assistente social na Brigada Militar. Em agosto do mesmo ano, surgiu um concurso para o Sesi. Era uma outra experiência, que também me interessava. Passei em 2º lugar e fui trabalhar em Sapucaia do Sul e em São Leopoldo. Fiquei no